



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 767 - DE 5 A 18 DE JULHO DE 2026 - R\$ 5,00



37 anos
da fundação do
Partido Operário
Revolucionário

1989
2026

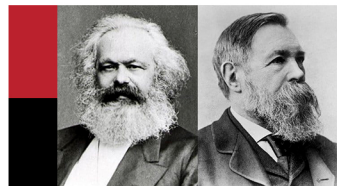
Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Viva a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional



Abaixo a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Associados!

Pela organização da frente única anti-imperialista em defesa das nações oprimidas!



► **Assimilando o socialismo científico**
A Base da Consciência

Abaixo a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Associados!

**Em defesa da autodeterminação das nações oprimidas!
Em defesa dos camponeses, indígenas, operários e demais
trabalhadores bolivianos!**

Fora os Estados Unidos da Venezuela!

Quebrar o cerco imperialista a Cuba!

Derrotar a guerra comercial de Trump!

*Fim imediato da guerra de dominação dos Estados Unidos
e Israel no Oriente Médio!*

Por uma paz sem anexação na Ucrânia!

A 68ª Cúpula do Mercosul, realizada no Paraguai, em 30 de junho de 2026, ocorre em um momento de agravamento da crise mundial. A guerra comercial e a escalada militar, chefiadas pelos Estados Unidos, são os reflexos mais contundentes da desintegração da ordem capitalista estruturada após a Segunda Guerra Mundial. O acúmulo de crises insolúveis desde a década de 1970 potencializou o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção capitalistas. Estas já não cabem na camisa de força das fronteiras nacionais alteradas pela partilha estabelecida nos acordos de Yalta e Potsdam, de 1945.

Os Estados Unidos ampliaram sua dominação e impuseram uma hegemonia jamais alcançada por qualquer potência colonialista ou imperialista. Realizaram uma grande ofensiva econômica para enfrentar o ciclo de crises aberto há cerca de seis décadas. Impuseram sua política de abertura das economias e de maior subordinação das nações semicolônias. Triunfaram com a restauração capitalista e a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em dezembro de 1991. Impulsionaram as forças restauracionistas na China, que passou a se integrar às relações capitalistas mundiais a partir das reformas de 1978. Promoveram golpes militares, sobretudo, na América Latina. Alimentaram as guerras na África e no Oriente Médio. A guerra comercial, que se intensificou desde 2018, sob o primeiro governo de Trump, com a China, alcançará dimensões gigantescas na atualidade.

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, por sua vez, emergiu nas condições de afundamento econômico do velho continente europeu. O seu prolongamento até os dias de hoje continua a ser um risco de confrontação entre os membros da OTAN e a Rússia. A guerra desencadeada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã — antecedida e preparada pelo intervencionismo colonialista na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e no Líbano — potencializou os fatores da crise econômica, agravados pela guerra comercial. Na América Latina, o acontecimento que mais a abalou foi a invasão da Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro, o que resultou em sua completa submissão às ordens de Washington.

Os Estados Unidos aproveitaram a fragilidade da burguesia latino-americana para levar a cabo o objetivo de restaurar

o capitalismo e controlar diretamente Cuba por meio de suas multinacionais. Trump se sente confortável em atacar o Brasil e o México, tendo a seu favor a ascensão de governos francamente pró-imperialistas e serviais na imensa maioria dos países latino-americanos, principalmente na Argentina e no Chile. Obteve uma importante vitória com a derrota do candidato do nacional-reformismo na Colômbia.

Essa síntese clareia o significado da 68ª Cúpula do Mercosul. Ela mostrou-se incapaz e encolhida diante da guerra comercial e do intervencionismo militar dos Estados Unidos.

O objetivo anunciado era o de ampliar as relações econômicas do Mercosul com a União Europeia, o Japão e a China. Sem se referir ao unilateralismo do imperialismo estadunidense, a Cúpula se propôs a “preservar e fortalecer o sistema multilateral de comércio”. Como se estivesse navegando em um mar de rosas, declarou-se favorável ao “diálogo e à cooperação como ferramentas fundamentais para promover um comércio aberto, previsível, transparente, não discriminatório e baseado em regras”.

Não poderia faltar a demagogia sobre o “fortalecimento da democracia, do Estado de Direito, do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da igualdade em todas as suas dimensões”; bem como sobre “a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”. Bastaram as presenças de Daniel Noboa Azín, do Equador; Rodrigo Paz Pereira, da Bolívia; e do ministro das Relações Exteriores, Pablo Quirno, da Argentina (Javier Milei não compareceu), para se ter a ideia do que significa o palavreado sobre “democracia”, “Estado de Direito” e “direitos humanos”. A mais completa omissão quanto à violação dos mais elementares direitos democrático-burgueses nos Estados Unidos preenche perfeitamente o conteúdo desses valores.

É preciso destacar que Lula representou a voz dessa farsa e do compromisso de não se diferenciar dos chefes de Estado que são claramente aliados de Trump. Não se obteve nada de concreto no plano do alargamento comercial do Mercosul com a União Europeia e o Japão. Quanto à China, havia apenas a intenção de iniciar discussões comerciais. De forma um tanto difusa, esteve na pauta a questão da exploração das terras ra-

ras, em torno das quais os Estados Unidos se digladiam com a China. Países como Brasil, Bolívia, Chile e Argentina terão de abrir mão de seu controle ou, então, ver-se-ão diante das imposições norte-americanas. Os interesses dos europeus e japoneses são os mesmos dos Estados Unidos, que vêm preparando a confrontação com a China. É visível que o Mercosul não tem unidade nem potencialidade para agir como um bloco no terreno da guerra comercial e dos interesses financeiros regidos pelas potências imperialistas.

O que restou da 68ª Cúpula foram os pronunciamentos antidemocráticos e reacionários, como os de apoio ao presidente da Bolívia, bem como as lamentações hipócritas diante da tragédia por que passa a Venezuela.

Quanto à Bolívia, o Mercosul condenou os métodos de luta dos camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos. Afirma a declaração que os chefes de Estado “ratificaram a necessidade do pleno respeito ao governo legítimo e constitucional do Estado Plurinacional da Bolívia”. O Mercosul assumiu, portanto, a repressão governamental aos oprimidos em luta e a decretação do “estado de exceção”.

Quanto à Venezuela, os “Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados expressam suas mais profundas condolências às famílias das vítimas dos terremotos que atingiram a República Bolivariana da Venezuela em 24 de junho de 2026”. Lula aproveitou para se promover como um presidente magnânimo: “Quero começar a minha fala dedicando minha solidariedade ao povo e ao governo da Venezuela

diante das perdas humanas e materiais incalculáveis causadas pelos terremotos da semana passada. Tragédias como essa nos convidam a refletir sobre a importância da solidariedade e da integração”.

O Brasil teve um papel fundamental na aplicação do Protocolo de Ushuaia, que desligou a Venezuela do Mercosul, atendendo às pressões dos Estados Unidos e dos governos latino-americanos serviais. Sob a máscara da democracia, esses oportunistas e democratas falsários desconhecaram vergonhosamente que a Venezuela está sob intervenção dos Estados Unidos, que saqueiam seu petróleo e avançam no sentido de controlar as fontes de riquezas naturais do país.

Não há a menor dúvida de que esse acontecimento trágico alargará ainda mais a crise econômica da Venezuela e favorecerá os objetivos colonialistas dos Estados Unidos. Tudo vai depender de a classe operária venezuelana se erguer em uma frente única anti-imperialista. O que exige a sua emancipação do domínio do nacionalismo chavista, que se mostrou incapaz de levar adiante a expropriação do grande capital e concluiu seu processo de degradação, a ponto de não reagir à agressão de Trump.

Por todos esses motivos, a classe operária e os demais explorados latino-americanos devem condenar o resultado da 68ª Cúpula do Mercosul. Cabe, em cada país, organizar o movimento independente das burguesias e de seus governantes, sobre a base de um programa próprio, e pôr em pé uma frente única anti-imperialista.

37 anos do Partido Operário Revolucionário

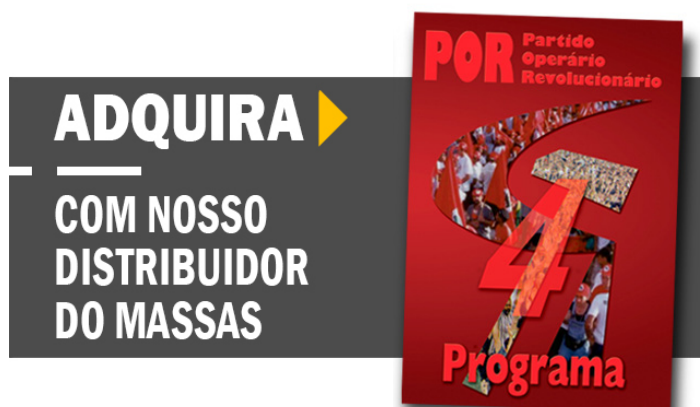
Depois de um breve período de discussão sobre a ruptura de um grupo de militantes da corrente Causa Operária, decidiu-se pela constituição de um novo partido ainda que embrionário. Havia consciência das extremas dificuldades de erguer uma organização débil do ponto de vista numérico e limitada inicialmente na cidade de São Paulo e na circunvizinha Diadema. O seu ponto forte estava em que parte da militância vinha do trabalho político no interior da classe operária, especialmente em Diadema, cuja composição proletária entrelaça-se com a região de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Ali se encontravam as sementes e as raízes da formação de um movimento pela construção do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em janeiro de 1979, o Congresso Metalúrgico realizado em Lins, interior de São Paulo, aprovou a proposta de se constituir um partido dos trabalhadores. Em 1º de Maio desse mesmo ano, a comissão pró-PT publicou uma Carta de Princípios, cuja base rejeitava “os partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e elites políticas”, criticava a “democracia formal e parlamentar”, que se implantava com o fim da ditadura militar, e se propunha “a acabar com a exploração do homem pelo homem”. A estratégia, porém, era de alcançar “a participação dos trabalhadores na vida da nação”. Lula liderava as greves entre 1978 e 1980, no ABC, e assim se destacava como o principal dirigente na constituição do PT. Estava na ordem do dia a reorganização do movimento sindical que havia sido desbaratado pelo golpe militar de 1964.

Em 10 de fevereiro de 1980, decidiu-se pela fundação do PT, nos marcos de uma recomposição partidária em substituição ao bipartidarismo imposto pelo regime militar. O fato da Arena e MDB terem servido à ditadura e de uma fração oposicionista, que

se abrigava sob a máscara do emedebismo, caminhar para a reconstrução de um partido nacionalista, o PTB, distanciou partidariamente a nova geração de sindicalistas. Os estalinistas do PCB e PCdoB procuravam se restabelecer como parte do movimento democrático-burguês, regido pela bandeira de eleições diretas. As ações de sindicalistas e agrupamentos de intelectuais de esquerda pela criação do PT passaram a ganhar força devido ter à sua frente dirigentes sindicais das greves operárias, que abalaram a ditadura militar enfraquecida e respaldaram socialmente a bandeira de eleições diretas e Constituinte.

Nesse momento, também se organizavam as correntes originadas da desintegração da IV Internacional na década de 1960. As três principais correntes que se reivindicavam do trotskismo – Democracia Socialista (DS), Organização Socialista Internacio-



nal (OSI) e Convergência Socialista (CS) – seguiram a orientação de Trotsky referida à formação de um partido dos trabalhadores nos Estados Unidos em 1938. O fundamento dessa orientação era a de que a vanguarda revolucionária intervisse em tal movimento para forjar o partido revolucionário. Isso devido à presença do proletariado que não tinha experiência com a construção de um partido próprio voltado à derrubar o poder da burguesia e abrir caminho para a transição do capitalismo ao socialismo.

Nesse percurso, era fundamental que a militância classista elaborasse o programa da revolução social em seu país, tendo por base as experiências da Revolução Russa, sobretudo, e a luta da Oposição de Esquerda Internacional que estava pela constituição da IV Internacional. Essa tarefa, certamente, implicava um combate interno no movimento pelo Partido dos Trabalhadores às posições do reformismo e de suas expressões sindicais burocráticas. Uma particularidade das fraturas entre as correntes que se reivindicavam do trotskismo foi a de ocorrer uma cisão na OSI, dando origem ao agrupamento Causa Operária, quando ainda se encontrava no PT. Essa cisão não resultou na compreensão da necessidade e do objetivo de elaborar o programa da revolução social. Foi mais um reflexo de uma cisão que vinha da constituição do Partido Operário da Argentina (PO), cujos principais dirigentes se encontravam no Brasil devido ao golpe militar de 1976.

Na medida em que o PT, sob a direção de Lula, foi se adaptando à democracia oligárquica, que se reerguia após o fim da ditadura militar, e ganhando força eleitoral, mais grave se tornava a questão da estratégia e da tática revolucionárias. Ou seja, da ausência do programa da revolução social. Muitas são as particularidades desse período, inclusive do momento em que o PT capitula diante da derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991 e abandona os princípios verbais que apareciam em sua Carta de Princípios.

A burocracia partidária já assentada e vinculada à política de Estado passou a perseguir e expulsar as correntes que se reivindicavam do trotskismo. A DS e OSI se submeteram aos ditames da direção petista. A CS e CO foram expulsas, ainda que tivessem se esforçado por se adaptar às exigências antidemocráticas da direção do PT. Ambas correntes foram banidas sem que tivessem elaborado e travado a luta pelo programa da revolução e ditadura proletárias. Tinham em comum a estratégia democrático-burguesa de “governo dos trabalhadores”, oposta à estratégia do governo operário e camponês.

Nesses embates, de conjunto, essas correntes revisionistas da IV Internacional evitaram a discussão sobre o programa da revolução no Brasil. Evitaram porque não o tinham desenvolvido como uma tendência marxista-leninista-trotskista no seio do movimento pela formação e estruturação do PT. Nenhuma dessas correntes tomaram em suas mãos a correção dessa falha fatal para aqueles que se reivindicam da “revolução socialista”.

É nesse marco que veio a se constituir uma Tendência pela Construção do Partido Operário Revolucionário (TPOR). Isso quanto as relações internas ao Brasil. As confrontações e cisões no terreno do movimento trotskista internacional ocorriam em torno ao mesmo problema de superar o revisionismo construindo o partido-programa. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia, sob a direção de Guillermo Lora, se orientava vigorosamente pela aplicação do Programa de Transição da IV Internacional nas condições particulares de cada país. Essa linha guardava uma rica experiência na Bolívia e se chocava com as mais variadas tendências do revisionismo que desmoronou a IV Internacional.

A TPOR, desde a sua origem, reconheceu o POR boliviano como um pilar de reconstrução da IV Internacional, portanto, de construção dos partidos-programa em cada país. Essa relação interna e externa foi decisiva para que o 1º Congresso fundacional do POR no Brasil estabelecesse as bases da construção partidária, pos-

sibilitando ao pequeno grupo enfrentar as debilidades de uma origem marcada por muitas deformações oriundas da incapacidade das correntes do campo trotskista que se batiam no interior do PT e posterior às integrações definitivas (DS, OSI) e expulsões (CS, CO).

A TPOR rompeu com o PT em 1990 e o denunciou como um dos responsáveis pela brutal repressão à Vila Socialista, à morte de dois sem-teto, às prisões e à mutilação de uma das mãos de Manoel Boni, que dirigia a ocupação e que fazia parte do núcleo original de construção da TPOR.

Aos 37 anos de existência, o POR realizou dezoito Congressos e várias Conferências Nacionais e Regionais. A disciplina com que elabora e divulga o Jornal Massas consolidou a linha programática voltada a se construir no seio do proletariado. Em particular, o Boletim Nossa Classe, distribuído e agitado nas fábricas, forma uma unidade com o Jornal Massas. O partido também se dirige à juventude oprimida com o Boletim Juventude em Luta e o Boletim Secundarista. Com o amadurecimento da construção do programa nas condições objetivas da luta de classes e das crises do capitalismo mundial, o POR passou a ter os meios políticos e materiais para publicar uma sequência de livros que no momento chega a dezoito. Os livros, em especial, permitem que a vanguarda com consciência de classe possa ter a dimensão de seu desenvolvimento programático e teórico, bem como às respostas políticas que a situação da luta de classe exige. As centenas e centenas de folhetos têm ajudado a aplainar o caminho da construção partidária, que o diferencia do revisionismo que pouco a pouco vem se distanciando do marxismo-leninismo-trotskismo. O POR, desde a sua origem, quando era ainda a TPOR, se dedicou a um curso de formação sobre o socialismo científico e a história política da luta de classes mundial e nacional.

Nessa breve exposição, é obrigatório evidenciar que a construção do POR se deu passo a passo na luta do POR da Bolívia pela reconstrução da IV Internacional. Encarnou o trabalho de organização de uma direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV internacional (CERQUI). Contribuiu e contribui com a elaboração dos documentos dos Congressos e Conferências do CERQUI, principalmente depois do falecimento do camarada Guillermo Lora.

É sobre essa base que o POR, seção brasileira do CERQUI, vem dedicando-se a estudar e a divulgar as Obras Completas de Guillermo Lora. O Boletim do CERQUI, que se acha no número 43, tem sido uma arma do internacionalismo proletário e da luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Hoje, aos 37 anos, o POR continua embrionário, mas superou a etapa inferior de sua construção. O rigor com que aplica o leninismo como concepção do partido de quadros, centralista e democrático, vinculado às lutas cotidianas dos explorados, exige um processo de seleção, cuja militância se vê obrigada a assimilar o programa nas entranhas da luta de classes. Esse fundamento está de acordo com o programa da revolução social. O que também diferencia o POR das inúmeras correntes que em palavras se reivindicam da revolução socialista, mas que nos fatos recorrem aos recursos antileninistas da organização partidária. É previsível as dificuldades de formar quadros solidamente no marxismo-leninismo-trotskismo e no trabalho de organização da classe operária no terreno da independência política. Essa compreensão é importante, uma vez que se baseia na experiência da construção do partido leninista como parte da reconstrução da IV Internacional.

***Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!
Viva a luta pela reconstrução do Partido Mundial da
Revolução Socialista, a IV Internacional!***

1 de julho de 2026

Eleição e crise política

Em defesa da independência de classe dos explorados

As candidaturas estão postas, e a campanha eleitoral toma forma. Os partidos da burguesia e o poder econômico perfilam em torno à candidatura de Lula e de Flávio Bolsonaro. A fragmentação do campo da direita era esperada e se confirma. Ronaldo Caiado (PSD), governador de Goiás e Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais, mantiveram suas candidaturas no 1º turno, mas são aliados de Flávio no campo da ultradireita e direita. Outras candidaturas, como a de Joaquim Barbosa (DC), foram lançadas apenas como cartas no baralho dos partidos da burguesia. O fato é que se consolidou a polarização anterior entre lulismo e bolsonarismo.

A revelação do vínculo de Flávio com o banqueiro Vorcaro - conhecido financiador do bolsonarismo - levantou uma onda de apreensão nas tendas da ultradireita e direita. Chegou-se à avaliação de que a polarização perderia força e Lula passaria a liderar a disputa sem o risco de perder a condução do processo eleitoral.

Acrescido ao caso da venalidade de Flávio com Vorcaro, sobreveio o conflito familiar no seio do clã Bolsonaro. Michelle Bolsonaro pretendia ser a candidata da ultradireita. Preterida pelo ex-presidente Bolsonaro, seu marido, em favor do filho, ensejou disputas políticas que repercutiram na estabilidade da candidatura de Flávio.

Em meio às revelações de cobrança de dinheiro de Flávio a Vorcaro, Michelle expôs seu descontentamento devido a aproximação entre o PL e o ex-governador Ciro Gomes do Ceará, que em sua peregrinação partidária deslocou-se do PDT para o PSDB. Michelle estava pela candidatura a governador de Eduardo Girão (Novo). A crise interna ao PL chegou a tal ponto que Michelle se viu obrigada a renunciar ao cargo de presidente do "PL Mulher". Trata-se de um acontecimento político que retrata o caráter oligárquico da política burguesa no Brasil e debilidade da burguesia nacional.

Lula navegava em águas um pouco mais calmas, quando o senador e líder do governo no Senado, Jaques Wagner, se viu denunciado pelo mesmo crime de Flávio em sua relação com o banqueiro Vorcaro. Lula não teve outra solução senão exigir que seu velho correligionário petista renunciasse da função de liderança do partido no Senado. Essa revelação ocorreu nos marcos de agravamento da crise política envolvendo personalidades da política parlamentar e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A contundência das investigações de fraudes financeiras que levaram à quebra do Banco Master puseram à luz do dia a dimensão dos elos entre o capital financeiro e autoridades da República.

É sabido que os partidos que comandam o Estado guardam vínculos profundos com o grande capital. E tais vínculos são expressões da democracia oligárquica.

É sintomático que um partido tipicamente pequeno-burguês, como o PSOL, teria de se ressentir dos abalos nos alicerces da ordem partidária oligárquica. A deputa federal Erika Hilton, que se projetou como promotora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de fim da escala 6x1, abriu uma crise no PSOL ao reclamar que a direção partidária estaria descumprindo um acordo de distribuição do fundo eleitoral às candidaturas que poderiam alavancar o PSOL. O que comprometeria os fundamentos políticos de fortalecer a presença de mulheres, LGTB+, negros e indígenas. Em resposta, o ex-presidente do PSOL Juliano Medeiros afirmou que Erika Hilton receberá R\$ 2,3 milhões para campanha à reeleição. O PSOL se bate para não cair na malha seletiva da cláusula de barreira. O que aumentaria sua dependência à federação com o PT para subsistir no âmbito do regime eleitoral oligárquico.

O PSOL receberá R\$ 131,51 milhões, de um cômputo de R\$ 4,9 bilhões. Os dois primeiros da lista, PL e PT, açambarcarão R\$ 881,66 milhões e R\$ 615, 37 milhões, respectivamente. As correntes de esquerda ainda contam cada uma com R\$ 3,31 milhões, a exemplo do PCB, PCO, PSTU e UP. O que lhes permitirão usufruir da democracia oligárquica para manter suas existências como aparatos que abusam de declarações revolucionárias, estando adaptadas ao capitalismo em decomposição.

A cerca de quatro meses das eleições, a disputa se consolida entre o candidato do PT e do PL. As revelações dos podres do PT poderão ser muito bem usadas pelo PL e aliados. Está ainda para se saber que contundência terá a recente prisão do vereador Senival Moura, primeiro-secretário da Câmara Municipal de São Paulo, sob a acusação de servir ao narcotráfico (PCC) como canal de lavagem de dinheiro, utilizando-se a empresa de ônibus Transunião.

As recentes vitórias da ultradireita no Peru e, em especial, na Colômbia empurram ainda mais à direita governos na América Latina, dispostos a servirem à política de Trump, que se caracteriza pelo aberto intervencionismo imperialista. Os governos típicos da esquerda nacional-reformista se mostram incapazes de responder à crise econômica, que avança mundialmente impactada pela guerra comercial desenvolvida pelos Estados Unidos. É exemplar a falência de governos como os da Venezuela, Bolívia, Chile e Colômbia que ostentaram o reformismo e nacionalismo burguês esfarrapados.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



No Brasil, Lula voltou ao poder devido à falência do governo ultradireitista e à aguda crise política. Trata-se de um exemplo que expõe a instabilidade dos regimes democráticos ou semidemocráticos. Mas, não se trata de uma particularidade da impotência dos governos pretensamente reformistas e progressistas. Os de ultradireita e direita padecem dos mesmos males, ainda que de formas distintas. Os governos da Bolívia e do Chile que acabaram de ser eleitos, expressando uma política francamente pró-imperialistas, não encontram outra resposta à decomposição econômica a não ser comprometendo ainda mais os interesses nacionais ao capital imperialista e recorrendo a contrarreformas que atingem brutalmente a vida das massas. O mesmo se passa com o governo ultradireitista na Argentina. Todos se chocam com as necessidades elementares do explorados.

Lula, na realidade, é mais útil à burguesia como um todo. Controla as centrais sindicais e movimentos, manejando livremente a

política de colaboração de classes. O problema está em que o capital financeiro e a fração mais poderosa do grande capital exigem não somente a manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como também que se recorra a duras medidas de proteção aos credores da dívida pública e redução dos gastos públicos com o assistencialismo.

Um ampla camada social conservadora e mesmo obscurantista foi politicamente catequizada pelas igrejas evangélicas, de forma a seguir cegamente a ultradireita e direita burguesas. O País está imerso nessas contradições, das quais emanam a polarização política. É nesse marco que nos próximos meses a vanguarda com consciência de classe tem de lutar pela independência política do proletariado e da maioria oprimida, defendendo o programa próprio e se valendo dos métodos da luta de classes.

Relação entre os governos de Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes e o pastor evangélico Edir Macedo: expressão da decomposição do regime burguês

A crise estrutural do capitalismo aprofunda a decomposição das instituições do Estado burguês e fortalece as tendências reacionárias que buscam preservar a ordem social baseada na exploração do trabalho. Nesse contexto, as grandes igrejas neopentecostais consolidaram-se como importantes instrumentos de influência política, econômica e ideológica da burguesia. Sua atuação na defesa de governos conservadores e ultradireitistas integra um processo de fortalecimento do obscurantismo como mecanismo de contenção da luta de classes.

A estreita relação entre setores do Estado e os grandes grupos religiosos evidencia essa dinâmica. O bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e controlador do Banco Digimais, mantém vínculos políticos com governos alinhados ao Republicanos, partido associado à Igreja Universal.

O Banco Digimais recebeu autorização do governo do Estado de São Paulo, administrado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), para operar empréstimos consignados destinados aos policiais militares. Da mesma forma, a Prefeitura de São Paulo, sob a administração de Ricardo Nunes, autorizou a instituição a oferecer crédito consignado com desconto em folha aos servidores públicos municipais. Essas medidas favoreceram um banco que já apresentava dificuldades financeiras, beneficiando diretamente o mafioso Edir Macedo.

De acordo com a Polícia Federal, no âmbito da Operação Miragem, o esquema envolvendo o Banco Digimais apresentaria se-



melhanças com o caso do Banco Master. Segundo as investigações, enquanto Daniel Vercaro teria inflado artificialmente carteiras de crédito consignado para justificar bilhões de reais em ativos, o Digimais teria recorrido à reciclagem de operações financeiras como forma de sustentar sua situação patrimonial.

Para o Partido Operário Revolucionário (POR), a corrupção não constitui um desvio ocasional, mas um elemento inerente ao

capitalismo e aos governos burgueses, por representar os interesses da própria classe dominante. Enquanto permanecer a propriedade privada dos meios de produção e o Estado burguês, a corrupção e privilégios continuarão. A superação desse problema exige a derrubada do regime capitalista por meio da revolução proletária e da ditadura do proletariado.

Adquira com o distribuidor de Massas:

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

R\$35



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

A Câmara de Deputados deformou o projeto original do fim da escala 6X1

O Senado represou o trâmite legislativo

O governo Lula se submeteu às negociatas ditadas pelo empresariado e seus comparsas no Congresso Nacional

As manifestações em defesa do fim da escala 6X1 foram pontuais e fragmentadas

Agora, não deve haver nenhuma dúvida de que somente um grande movimento nacional pode impor a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários

Que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta com paralisações e manifestações de rua como ponto de partida para uma greve geral

Desde o início do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), ficou visível que os partidos e as direções sindicais o assumiram com objetivos eleitorais. Sabiam que o fim da escala 6x1, sem redução dos salários, é uma aspiração dos trabalhadores e, em particular, da juventude oprimida.

A extensa jornada e os baixos salários atingem a maior parte da força de trabalho. Em setores como o comércio e os serviços, principalmente, os trabalhadores padecem da superexploração. Realizam trabalhos exaustivos e, em grande parte, sobrevivem com o piso de um salário mínimo, que mal cobre a cesta básica. Há muito, o movimento sindical tem entre suas reivindicações a redução da jornada sem redução salarial.

As direções sindicais levantaram a bandeira das 40 horas semanais. Nos marcos dessa discussão, uma minoria defendia a jornada de 36 horas. A redução da jornada estava vinculada não só à saúde do trabalhador, mas também à necessidade de combater o desemprego. Tratava-se, porém, de reivindicações que ficavam no meio do caminho.

A defesa do emprego para todos exige a aplicação da escala móvel das horas de trabalho. As horas devem ser divididas entre todos os trabalhadores aptos ao emprego. Somente com essa bandeira a classe operária e os demais oprimidos têm como lutar pelos empregos e pela saúde, enfrentando a exploração capitalista do trabalho. Eis por que esse ponto do programa próprio do proletariado não deve ser desvinculado do conjunto de reivindicações de combate ao capitalismo e de defesa das transformações socialistas.

O sistema burguês de exploração já não comporta reformas progressivas. Ao contrário, os governantes recorrem às contrarreformas para proteger seus lucros e sustentar o parasitismo financeiro. É o que ocorreu com as reformas trabalhista e previdenciária. A lei da terceirização é um complemento das contrarreformas estruturais, que avançaram sob os governos de Temer e Bolsonaro.

O governo Lula se mostrou incapaz de revogá-las. Mais do que isso, tem posto em marcha a reforma administrativa. A reforma tributária, que parecia atingir o grande capital, na realidade atingirá os assalariados que criam a riqueza e que continuam a viver sobressaltados pela pobreza e pela miséria. Têm ganhado terreno o emprego terceirizado e a informalidade.

A bandeira das 40 horas semanais, sem dúvida, é um passo na luta pelos empregos e pela saúde do trabalhador, ainda que

pequeno diante do gigantesco problema da violenta exploração e dos milhões de desempregados e subempregados.

As alterações aprovadas na Câmara dos Deputados indicam a resistência da burguesia em admitir a proposição original de 40 horas semanais sem redução dos salários. Criaram-se regras de transição pelas quais, 60 dias após a promulgação, a jornada cairia de 44 para 42 horas. Depois de um ano, a jornada seria de 40 horas. No Senado, o seu presidente, Davi Alcolumbre, está propenso a acatar a exigência do empresariado de não aprovar a proposta antes das eleições e de criar uma regra de transição mais afeita aos interesses patronais. Nessa jogatina eleitoral, verifica-se a possibilidade de deformar-se ainda mais o projeto original. O problema está em que as direções sindicais e populares mantêm a política de subordinação do movimento às manobras parlamentares, que expressam única e exclusivamente os interesses dos capitalistas.

A realização das manifestações em todo o país, neste dia 30 de junho, será, de fato, uma defesa da redução da jornada sem redução dos salários, desde que esteja em completa oposição às ações dos capitalistas e às manobras governamentais e parlamentares. Para isso, devem aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisações, como um passo importante para a realização de uma greve geral. Devem orientar os sindicatos a convocarem assembleias gerais e a constituírem comitês de base para erguer uma frente única de combate pela redução da jornada sem redução dos salários.

Esse movimento tem de colocar na ordem do dia a derrubada das contrarreformas, levantar o programa próprio de reivindicações, afirmar a independência de classe diante dos governantes e impulsionar os métodos da luta de classes. Que o Congresso Nacional acate a reivindicação dos trabalhadores na sua integralidade.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, exijamos das direções sindicais e populares que não cedam aos interesses dos capitalistas e ao jogo parlamentar de seus serviços.

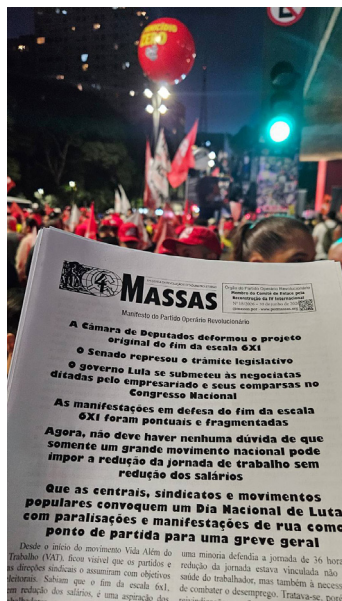
Toda força à luta pelo fim da escala 6x1!

Toda força pela implantação imediata da redução da jornada sem redução dos salários!

Tomemos essa luta em defesa da escala móvel das horas de trabalho, para que haja emprego para todos!

30 de junho de 2026

Intervenção do POR no ato contra a escala 6x1



São Paulo Ato contra escala 6x1 inteiramente voltado à pressão parlamentar

No dia 30 de junho, foi realizada a manifestação na Avenida Paulista, com marcha até a praça Roosevelt, dirigida pelas centrais sindicais, Movimentos – MTST, MST – e pelo agrupamento Vida Além do Trabalho (VAT). Contou com milhares de manifestantes, principalmente vinculados à burocracia sindical

(Sindicato Metalúrgico do ABC, Químicos, Metroviários) e às centrais (CUT, Força Sindical, CGT e UGT). A CSP-Conlutas e as correntes de esquerda eram minorias.

No carro de som, só tiveram direito à expressão os dirigentes sindicais, populares e parlamentares. O conteúdo das falas era uníssono. Todos batiam na mesma tecla: a necessidade de pressionar os senadores e, em particular, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Havia uma concordância de que a Câmara dos Deputados aprovou o fim da escala 6x1. Nenhuma crítica ao acordo do governo Lula com Hugo Mota, presidente da Câmara, em relação ao período de transição, de primeiro implantar as 42 horas e no próximo ano alcançar as 40 horas semanais. Os burocratas não cansavam de dizer que as direções das centrais já se encontravam em Brasília para tentar uma conversa com Alcolumbre no sentido de manter a aprovação da Câmara de Deputados.

As falas eram intercaladas com o grito de que a escala 6x1 tem de acabar para que os trabalhadores tenham o direito de estar com a família e de descanso. E os discursos quando se referiam aos protestos e à greve eram no sentido de impulsionar a votação no Senado. Chegou-se ao ponto de um burocrata pedir aos manifestantes que enviassem mensagens (em tempo real) aos senadores.

Não faltaram as cantarolas em torno à reeleição de Lula. E também às candidaturas vinculadas à burocracia sindical. Um panfleto, amplamente distribuído, se tratava das campanhas de Lula e do deputados federal Vicentinho, ex-dirigente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos, burocrata responsável pela implantação das Câmaras Setoriais, mesa de negociação com o patronato onde as conquistas dos operários foram sendo eliminadas.

O POR participou do protesto com seu Manifesto, o Jornal Massas e sua banca de materiais. Foi impedido de fazer uma intervenção no carro de som, mesmo tendo propagandeado e convocado o ato, mas gravou e divulgou sua participação conforme transcrição ao final. Defendeu a necessidade das massas oprimidas confiarem em suas próprias forças nas ruas, para conquistar a redução da jornada com redução do salário, para combater as mudanças mutiladoras da PEC, que já estão em curso e as que estão por vir, típicas do jogo parlamentar burguês. Denunciou o eleitoralismo dos partidos de esquerda, que se utilizam de uma

reivindicação tão sentida pelas massas para se projetar eleitoralmente. Assinalou que as centrais haviam abandonado a luta pela redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários e, agora, se dizem defensores, mas com o objetivo eleitoral. A enorme manifestação mostrou disposição de luta, no entanto, sob a política do reformismo petista/psolista.

Cabe à vanguarda com consciência de classe criticar o uso da justa reivindicação de redução da jornada sem redução dos salários para fins eleitoreiros e apontar o verdadeiro caminho para conquistá-la, que é o da ação direta. Nesse sentido, exigir a convocação de assembleias sindicais e aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisação, como primeiro passo para a greve geral em defesa da redução da jornada sem redução dos salários.

Pronunciamento do POR na manifestação

O Partido Operário Revolucionário se encontra hoje na Av. Paulista, no ato convocado pelas centrais, sindicatos e movimentos. É um ato pela redução da jornada sem redução do salário, portanto, pelo fim da escala 6x1. E o Partido Operário traz 2 colocações fundamentais.

A primeira, no Congresso Nacional, não vamos conseguir reduzir a jornada sem redução do salário. A PEC que se encontra no Congresso Nacional já está totalmente deformada. Os parlamentares estão com a posição dos capitalistas, que falam em redução da jornada, mas não para agora. Pretendem um longo período de transição que dura até quatro anos. Portanto, estão contra o fim da escala 6x1.

A segunda, a redução da jornada sem redução salarial só pode ser obra dos próprios trabalhadores. Para isso, é preciso confiar em nossas próprias forças, no método da ação direta. Esse movimento pelo fim da escala 6x1, com manifestações de ruas, é o primeiro passo. Mas sem a greve geral, sem o movimento nacional que ganhe as ruas, os trabalhadores não conseguirão reduzir a jornada sem reduzir os salários.

Sobre a base desses dois fundamentos, o POR vem exigindo que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias e organizem os comitês de luta nos bairros. A partir daí, é possível erguer uma greve geral para impor a jornada de trabalho sem redução dos salários, como reivindicação que permite o emprego a todos os trabalhadores.

Ceará

Atos pelo fim da escala 6x1 em Fortaleza

No dia 30/06, ocorreu o ato pelo fim da escala 6x1 em Fortaleza, como parte do Dia Nacional de Mobilização pela Redução da Jornada de Trabalho e pelo Fim da Escala 6x1, chamado pelas centrais sindicais e movimentos sociais.

No Ceará, um primeiro ato, com pouco mais de 300 pessoas, foi convocado, antecipadamente, para o dia 25/06 na Praça do Carmo (centro da cidade), pela CUT e Frente Povo Sem Medo. A burocracia sindical impôs a linha política de pressionar o Senado para votar a PEC 221 (que estabelece a substituição da escala 6x1 pela



5x2 e a redução da jornada de trabalho de 44h para 40h semanais), denunciar Alcolumbre como “inimigo do povo” e chamar o apoio à reeleição de Lula. Como se vê, o ato foi arrastado para o campo das disputas interburguesas e o apoio aberto ao governo de frente ampla.

O segundo ato, realizado no próprio dia 30, teve um caráter indiscutivelmente mais progressista e democrático. Foi convocado pelo comitê de enfrentamento à escala 6x1, no qual o POR faz parte, e contou com cerca de 120

manifestantes que realizaram panfletagem na entrada da empresa italiana AlmaViva (Call Center), famosa pelas denúncias de superexploração, seguindo depois em passeata até o terminal Parangaba, onde foi finalizado.

O POR interveio no ato com falas no carro de som, bandeiras e o Jornal Massas. Procurou colocar que a luta pelo fim da escala 6x1 precisa estar vinculada à independência de classe e à necessidade das centrais convocarem um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios preparatório à greve geral.

A unidade que permitiu a construção do ato, através do comitê que foi formado no mesmo dia do ato cutista (25/06), com uma plenária aberta a todas as forças classistas na FEAAC-UFC, representou um grande avanço criando um polo classista nos movimentos sociais. O POR luta para fortalecer esta importante frente, defendendo em seu interior a tática revolucionária e o Programa de Transição da IV internacional.

Boletim Nossa Classe

Campanhas do POR

Partido



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXII - Julho/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Política Operária

A Câmara de Deputados deformou o projeto original do fim da escala 6X1

O presidente do senado engavetou o projeto

O governo Lula se submeteu às negociatas ditadas pelos empresários e seus partidos no Congresso Nacional

A PEC do fim da escala 6x1 com redução da jornada de trabalho foi aprovada na Câmara dos deputados no dia 27 de maio. A PEC prevê escala de 5 dias de trabalho com dois dias de descanso remunerado e a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais. O presidente do Senado Davi Alcolumbre engavetou a proposta aprovada na Câmara. Encaminhou a PEC 12/2026 de autoria de Rogério Marinho do PL-RN, que ataca ainda mais os direitos dos trabalhadores ao defender que os assalariados sejam pagos pelas horas trabalhadas. A PEC abre margem ainda para que os patrões definam as jornadas, realizando acordos individuais. Procura-se, assim, acabar com as convenções coletivas.

O problema é que as direções sindicais e populares que apoiam o governo mantêm a política de subordinação do movimento às manobras parlamentares no Congresso Nacional, que expressa única e exclusivamente os interesses dos capitalistas.

Nenhuma ilusão no parlamento burguês! Confiar apenas em nosso método próprio de luta que é a greve, a ação direta!

Desde o início do movimento pelo fim da escala 6x1, ficou visível que os partidos e as direções sindicais o assumiram com objetivos eleitorais. Sabiam que a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 têm apoio dos trabalhadores e, em particular, da

juventude oprimida. As manifestações em defesa do fim da escala 6X1 foram pontuais e fragmentadas.

A burocracia sindical declara apoio à proposta somente em palavras. Limitam a realizar atos eleitoreiros, participando apenas com dirigentes sindicais. Não convocam as assembleias gerais nas fábricas para aprovar a greve, as manifestações de rua. Essas são as formas de impor aos patrões e ao governo a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. Agora, não deve haver nenhuma dúvida de que a classe operária não deve ter nenhuma ilusão do parlamento burguês.

É fundamental ligar a luta pelo fim da escala 6X1, a luta pelo salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora e emprego a todos os trabalhadores.

A extensa jornada e os baixos salários atingem a maior parte da força de trabalho. Em setores como o comércio e os serviços, principalmente, os trabalhadores padecem da superexploração. Realizam trabalhos exaustivos e, em grande parte, sobrevivem com um salário mínimo miserável, que mal cobre a cesta básica. Mais de 40% dos trabalhadores estão na informalidade, trabalhando como autônomos sem nenhum direito trabalhista.

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais explorados a exigirem que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta. Que seja com paralisações e manifestações de rua como preparação da greve geral. Trata-se de defender o programa de reivindicação próprio da classe operária e dos demais explorados. Que ligue a luta pelo fim da escala 6x1 à luta pelo salário mínimo vital, suficiente para manter a família

trabalhadora sobreviver e à defesa do emprego para todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho. Será na luta por essas reivindicações que a classe operária e os demais explorados defenderão os empregos, os salários, a saúde, objetivando colocar fim ao sistema de exploração capitalista.

Petrobras lucra R\$ 32,7 bilhões no primeiro trimestre de 2026 com a superexploração dos trabalhadores terceirizados

Ao escrever essa nota, cerca de 5 mil trabalhadores terceirizados do complexo de energia Boa Ventura, da Petrobrás (antigo Comperj), em Itaboraí (RJ), aprovaram a greve exigindo aumento real de 8%, elevação do vale-alimentação para R\$ 1.500 e o pagamento de adicional de periculosidade que as empresas terceirizadas não pagam. Ao mesmo tempo em que se avança com a terceirização e se mantém a privatização das refinarias e distribuidoras, feitas pelo governo Bolsonaro e anteriores, a direção da Petrobrás, nomeada pelo governo de Lula, informou que nos primeiros três meses de 2026, se obteve lucro de R\$ 32,7 bilhões e que se repassou R\$ 9 bilhões em dividendos aos acionistas privados e públicos.

Diante da greve dos trabalhadores terceirizados, a direção do Sindipetro-RJ, que representa os trabalhadores efetivos da Petrobrás, mostrando que estão totalmente vendidos à patronal, divulgaram uma nota cobrando da gestão da Petrobrás que haja teletrabalho integral para os trabalhadores efetivos enquanto perdurar a

greve. Ou seja, a direção pelega, em vez de convocar assembleias e aprovar a greve dos trabalhadores efetivos, para unificar e fortalecer a luta dos terceirizados, cumpre o papel de fura greves, ao pedir que a Petrobrás garanta condições de trabalho para os efetivos.

O Boletim Nossa classe chama os trabalhadores a exigirem que a direção do sindicato convoque uma assembleia geral com todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados e aprove a greve unificada, para impor às empresas terceirizadas e à direção da Petrobrás suas reivindicações. Defender a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora. Que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da greve geral, para colocar abaixo as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização de Temer e Bolsonaro, mantidas pelo governo burguês de Lula.

Greve na Replan: Empresas terceirizadas contratam grupos armados para espancar trabalhadores

Depois de 15 dias, a greve dos trabalhadores terceirizados da Refinaria de Paulínia (Replan), chegou ao fim no dia 1º de julho. Foi aprovada a proposta apresentada pela patronal de reajuste de 7%, um aumento de 7,14% na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), 10% de reajuste no vale-alimentação e no café da manhã, e 6,5% de aumento na cesta natalina. Ficou definido ainda que os trabalhadores devem compensar a metade dos dias parados.

A greve mostrou, por um lado, a disposição de luta dos operários e, por outro, a política de conciliação e traição da direção do sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Campinas e Região (Sinticom), ligado à CUT. Dizemos traição porque a burocracia sindical mais uma vez dividiu os trabalhadores realizando a paralisação apenas com os terceirizados. Desta forma, os trabalhadores efetivos entraram para trabalhar e a produção na Refinaria continuou normalmente. As empresas terceirizadas, por sua vez, contrataram grupos armados para espancar os dirigentes sindicais e operários que aderiram a greve.

O Boletim Nossa Classe reafirma que a única forma de quebrar a intransigência e a repressão da patronal é realizando assembleias conjuntas e a paralisação de todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados. Defender na pauta da campanha salarial o salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora e a bandeira de efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Lutar pela reestatização das refinarias e do sistema de distribuição e postos que foram privatizados, sem indenização e sob o controle operário.



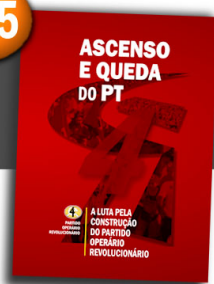
O Boletim Nossa Classe luta para que o sindicato organize o comando de greve e os comitês de autodefesa, formados pelos operários para combater qualquer ataque da patronal durante a greve. A greve na Replan mostra a necessidade urgente dos operários se organizarem em todos os setores, construir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias para expulsar a burocracia sindical traidora e resgatar o sindicato para a luta de classes.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Trabalhadores da EGP são demitidos sem verbas rescisórias e com salários atrasados

A empresa EGP que atua em contratos de infraestrutura pesada, incluindo serviços terceirizados de pavimentação, demitiu trabalhadores sem pagar os salários atrasados e as verbas rescisórias. O Sintrapav (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Pesada), ligado à Força Sindical, refere-se formalmente aos demitidos como "todos os trabalhadores dispensados", sem especificar a quantidade exata de operários que perderam o emprego e levaram o calote nas frentes de obra rodoviárias. As demissões na construção civil são consequências do avançado processo de privatizações e terceirizações que aumentam a exploração da força de trabalho, para manter altas taxas de lucros, frente à decomposição geral do sistema capitalista a nível mundial.

A burocracia sindical vendida aos patrões se nega a organizar a luta e desvia a revolta dos operários para o campo da justiça burguesa e mesas de negociação. A tarefa colocada à classe operária

é a de expulsar as direções patronais dos sindicatos e defender o programa próprio de reivindicações em todos os setores da construção, metalúrgicos, químicos, indústria de alimentos, mineração, energia etc.

O Boletim Nossa Classe defende a organização independente da classe operária em torno à defesa de um salário mínimo vital suficiente para a satisfação das necessidades de uma família. Diante das demissões, levantar a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Esse programa só pode ser defendido com os métodos de luta da classe operária que são a greve, a ocupação de fábricas e canteiros de obras, implantando o controle operário da produção. Por um Dia Nacional de Luta, como parte da construção da greve geral.

Campanha Salarial dos Borracheiros

Burocracia sindical dividiu a categoria e enfraqueceu a luta

A campanha salarial dos borracheiros iniciou alicerçada na Convenção Coletiva de 2025/2027, onde foi firmado com a patronal um aumento real de 1% e o reajuste acumulado de julho de 2025 a junho de 2026. Segundo a direção sindical Fenabor e Sintrabor, essas reivindicações correspondiam às necessidades imediatas da categoria. Portanto o reajuste salarial ficou 5,42% acrescido de 1% da inflação, o piso do setor, que é Artefatos de borrachas, ficou em R\$ 2.371,53.

No final de junho de 2026, os monopólios das borracharias Bridgestone, Prometeon e Titan decidiram por manter o acordo firmado em 2025/2027 e as cláusulas sociais. Para os monopólios, esse acordo é "mamão com açúcar". Isso por que as horas trabalhadas de julho de 2025 a junho de 2026 permitiram que acumulassem dinheiro suficiente para destinar aos míseros reajustes salariais. Se usarmos o cálculo do Dieese, o salário mínimo necessário, em junho/26, para sustentar uma família de 4 pessoas, entre alimentação, moradia, educação e saúde, deveria ser de R\$ 7.999,44, ou seja, 3,38 vezes o piso pago. Podemos ainda utilizar o cálculo da cesta que, entre abril e maio, na capital de São Paulo, foi uma das mais caras do país, acumulando alta de 5,91%, e atingindo o valor de R\$ 952,20. No final, a campanha salarial se encerrou com as negociações de PLR, e cada fábrica apresentou o seu índice de participação de lucros.

Há muito tempo, a burocracia sindical vem transformando a campanha salarial em negociatas em torno do PLR. Assim, o reajuste necessário para elevar o valor do piso passou a ser secundário. Por outro lado, os operários não têm controle sobre o quanto esses monopólios lucram. Os cálculos de lucratividade são uma farsa, porque nenhum patrão abre sua contabilidade aos trabalhadores.

A divisão dos borracheiros por fábrica foi o método escolhido pela direção do sindicato, um caminho que enfraqueceu a força coletiva dos operários. Em vez de convocar a categoria para discutir suas reivindicações e decidir como fazer a luta, optou por realizar assembleias por fábrica, negociar aquilo que era possível e limitar a reivindicação salarial a apenas 1% de aumento real, desconsiderando a alta dos preços dos alimentos, da moradia e dos remédios. Cada fábrica passou a discutir apenas seus próprios problemas,

enquanto desaparecia a consciência de que todos os borracheiros enfrentam o mesmo patrão e os mesmos ataques.

O resultado foi uma campanha dividida, com acordos fechados por empresa e sem uma ação unificada capaz impor as reivindicações ao patronato. A burocracia, dessa forma, substituiu a decisão coletiva dos operários pelas barganhas da PLR.

Desde o início da campanha, o Boletim Nossa Classe defendeu a Assembleia Geral Unificada dos borracheiros, reunindo todas as fábricas de pneus e artefatos de borracha. Somente uma assembleia dessa natureza poderia garantir a democracia operária, permitindo que a categoria discutisse livremente suas reivindicações, definisse o índice do reajuste, a reposição salarial e um real piso salarial da categoria.



Balanço da greve nacional dos petroleiros

Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento

Duas experiências: a greve dos petroleiros de 1995 e a de 2020

Adquirir com o distribuidor de Massas:

POR | Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

Mesmo uniforme, salários diferentes

Burocracia sindical em palavras se coloca contra o fechamento de fábricas, mas na prática negocia os PDVs

O fechamento da planta da Toyota em Indaiatuba e a demissão de 1.500 operários não é um raio em céu sereno, mas um ataque muito bem calculado pela montadora. Como a Toyota consegue fechar uma fábrica inteira e manter sua produção intacta transferindo tudo para outra cidade ao lado? A resposta está na estratégia capitalista de buscar sempre a mão-de-obra mais barata e na terrível divisão imposta pelas burocracias sindicais.

Para a patronal, as fronteiras dos municípios e as diferentes bases sindicais servem como uma arma contra a classe operária. Hoje, um operário que realiza a mesma atividade, na mesma linha de montagem e gera a mesma riqueza para a Toyota, recebe um salário muito menor se estiver em Sorocaba do que se estivesse em Indaiatuba. Quando a fábrica de Sorocaba abriu, essa diferença salarial chegou a bater na casa dos 40%, sem contar os abismos no valor da PLR e dos benefícios.

Isso escancara a lógica cruel das montadoras: elas fecham as fábricas onde seus lucros são menores, onde os salários e direitos são um pouco maior. A "reestruturação" que a Toyota e outras multinacionais fazem pelo Brasil é uma forma de aumentar a superexploração e obter subsídios por parte dos governantes. Assim, fecham as portas onde a exploração tem alguns limites e fogem para regiões onde podem impor maior superexploração, achatando salários e nivelando a classe operária por baixo.

No entanto, as empresas não conseguem fazer isso sozinhas. Elas contam com a cumplicidade da burocracia sindical. O fato de existirem sindicatos diferentes para trabalhadores de uma mesma

empresa na mesma região atua para enfraquecer o conjunto dos operários. Em vez de unirem os operários de Indaiatuba, Sorocaba, Porto Feliz, Vale do Paraíba e ABC numa única frente de batalha, essas direções negociam acordos isolados. Aceitam salários rebaixados nas novas fábricas e, depois, lavam as mãos quando as fábricas mais antigas são fechadas, limitando-se a negociar os valores das "demissões voluntárias" (PDVs). A falta de unidade sindical é o maior trunfo para os patrões.

Os operários não podem aceitar que a cor do uniforme seja a mesma, mas o contracheque e os direitos sejam diferentes. Para barrar essa política das montadoras, é preciso lutar pela independência de classe, pelas assembleias gerais democráticas, pela unidade dos operários e pelos métodos próprios para enfrentar a política centralizada do patronato. O que significa lutar para impor um acordo coletivo único de todo o setor automotivo. Trata-se de uma tarefa que depende da constituição das comissões de fábricas classistas, que estejam em oposição à política divisionista e pró-patronal das burocracias sindicais.

Está aí por que o Boletim Nossa Classe vem trabalhando para a constituição de comissões de fábricas de luta e para a organização de uma oposição classista para combater a política antioperária das burocracias sindicais. Faz parte dessa tarefa a campanha contra o fechamento de fábricas, a precarização dos empregos e os baixos salários. E a agitação em torno à bandeira: Fábrica fechada, fábrica ocupada. Estatização sem indenização e controle operário da produção.

A ilusão do isolamento: por que a crítica à greve dos TAEs esconde o corporativismo docente e enfraquece a universidade?

O texto "O silêncio dos 105 dias: por que a sociedade não sente mais a greve dos Técnico-Administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino, e o risco real de extinção da carreira", de Jairo Bolter, ao tratar do "vazio silencioso" da greve dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), reconhece a terceirização e a automação como ameaças reais à categoria. No entanto, comete um erro grosseiro ao afirmar uma "banalização" da greve, ignorando a gravidade dos ataques governamentais e omitindo o corporativismo e o divisionismo histórico que corrói o ensino superior.

Bolter argumenta que a ausência dos TAEs dos seus locais de trabalho não é mais sentida devido à substituição de suas funções por trabalhadores terceirizados. A partir dessa constatação, opera uma brutal inversão de causa e efeito, sugerindo que a greve provoca a terceirização. Nota-se que esse pensamento é compartilhado por outras lideranças sindicais, como a atual Diretoria da ADUFABC, que publicou uma nota crítica ao piquete dos TAEs da UFABC posando de defensora do trabalho na universidade. É curioso que tais textos sejam publicados por dirigentes sindicais de orientação governista de instituições (UFRGS e UFABC) onde trançaços ampliaram a visibilidade da atual greve dos TAEs contra a intransigência do governo burguês de frente ampla.

A precarização e privatização do serviço público são projetos contínuos de Estado. Basta observar a história recente: diversos

cargos do PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação) foram extintos, tiveram seus concursos suspensos e foram entregues à iniciativa privada em momentos de absoluta "paz social", quando a categoria não estava em greve. O trator do desmonte não espera o trabalhador cruzar os braços para agir; pelo contrário, avança com ainda mais facilidade quando a classe está desmobilizada. A terceirização não é uma "defesa" do governo contra as greves, mas sim um ataque deliberado contra a força de trabalho, cuja aplicação, muitas vezes, ocorre com o silêncio obsequioso dos setores com mais poder de resistência.

A verdadeira ameaça ao futuro dos servidores não é a greve, mas a fragmentação dos trabalhadores dentro das instituições. Os professores universitários, em sua maioria, não se enxergam como parte do mesmo conjunto que os técnicos. Aliás, em grande medida os professores das universidades públicas não se sentem parte da mesma categoria de professores universitários, cuja maioria trabalha em instituições privadas em cursos EaD. Cultivam uma identidade de "intelectuais" descolada da realidade material daqueles que garantem o funcionamento técnico, infraestrutural, administrativo e prático da universidade.

Essa negação de pertencimento às classes trabalhadoras fica escancarada na atual situação. O termo de acordo de greve dos docentes também foi flagrantemente descumprido pelo governo. Havia, portanto, oportunidade para uma unificação real e históri-

ca das lutas: professores e técnicos parando juntos, demonstrando que a universidade só existe pela força conjunta de todos os seus trabalhadores. Mas o que se viu foi a manutenção do isolacionismo. Os docentes poderiam estar engrossando as fileiras e as trincheiras da greve, amplificando a pressão. Em vez disso, optaram por um distanciamento que os torna cúmplices do próprio desmonte.

A ilusão de que a sala de aula, as titulações e os currículos acadêmicos blindam os professores dessa realidade precarizada é um erro tático fatal. O destino dos docentes nas universidades, se continuarem virando as costas para os técnicos, será exatamente o mesmo que já assola os professores da rede pública de ensino básico. O que desponta no horizonte das universidades federais não é a manutenção do "prestígio acadêmico", mas a plataformização e uberização da educação superior.

O futuro que aguarda o corpo docente é a explosão de contratações temporárias e precárias, substituindo o professor efetivo e pesquisador por um exército de trabalhadores intermitentes, aliada à implacável "plataformização" do ensino. Caminhamos para um modelo de expansão do EaD e de disciplinas massificadas por algoritmos, onde o professor universitário será reduzido a um mero tutor de conteúdos padronizados, sem estabilidade, sem tempo para pesquisa e sem poder de negociação.

O Estado impõe a política burguesa precarizando o trabalho de todos. O pleno funcionamento da universidade só será defendido quando os trabalhadores universitários entenderem que pertencem ao mesmo conjunto de explorados pelo produtivismo acadêmico e estrangulados pelo arrocho fiscal. O futuro da educação federal não está ameaçado pelas greves dos TAEs, mas pela recusa em construir uma solidariedade de classe real. A universidade não

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

SinTUFABC

**Construir uma direção
classista e democrática
para defender a
força de trabalho e a
universidade pública!**

*Por uma fração revolucionária
no funcionalismo público!*

**POR**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**MASSAS**

JORNAL DA REVOLUÇÃO E DA LUTA DO TRABALHADOR

é um arquipélago; se a carreira dos técnicos afundar hoje, a dos docentes será a próxima a naufragar nas águas da plataformização e do descaso. Aliás, contra essa política, coloca-se a defesa da efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados, e a revogação de todas as contrarreformas.

Rio de Janeiro

Todo apoio à greve dos rodoviários



No dia 29 de junho, foi deflagrada a greve dos rodoviários da cidade do Rio de Janeiro, após a prefeitura e as empresas privadas que administram o transporte público não atenderem às reivindicações da categoria. Assim, o SINTRUCAD-RJ, sindicato da categoria, mobilizou a base em torno às reivindicações dos profissionais que, nos últimos anos, vêm sofrendo com uma defasagem salarial o que tem empurrado muitos trabalhadores para a informalidade.

É importante destacar como a greve dos rodoviários é um reflexo direto das péssimas condições que os trabalhadores e passageiros estão submetidos todos os dias. Ônibus superlotados e em péssimas condições; rotas que não abarcam bairros da Zona Oeste e Zona Norte; uso de modais alternativos como vans e kombis que muitas vezes funcionam sem regularização. Todos esses são ape-

nas alguns dos problemas enfrentados por aqueles que diariamente utilizam o transporte público na cidade.

Soma-se a isso o fato que os valores das passagens seguem aumentando ao longo dos anos sem que isso se reflita diretamente na qualidade do serviço prestado. Atualmente, o Rio possui uma passagem de ônibus no valor de R\$ 5 e possui um dos metrô mais caros do país, com uma passagem custando R\$ 7,90.

É nesse contexto que o sindicato mobiliza a categoria com assembleias e atos públicos como os do dia 30. Dentre as reivindicações, estão o cumprimento do piso salarial para os motoristas, o fim do contrato temporário pela empresa Mobi-Rio, a efetivação dos contratados temporariamente, o ticket alimentação no valor de R\$ 1 mil e o plano de saúde.

Nós do POR manifestamos nosso apoio à mobilização da categoria. Tamanho movimento por parte dos trabalhadores é legítimo e reflete as condições insalubres que a classe operária e a maioria oprimida passam todos os dias ao se deslocarem pela cidade. No entanto, é fundamental que a mobilização dos rodoviários do Rio encontre apoio nas demais categorias que atuam no município. Para isso, é preciso que os demais sindicatos se organizem em torno das suas reivindicações e coloquem em marcha a constituição de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, piquetes e assembleias.

Além disso, é preciso que a juventude e a maioria oprimida encarnem esses métodos históricos da classe operária como forma de apoiar a luta dos rodoviários e das demais categorias precarizadas que atuam na cidade. Somente por meio dessa assimilação que será possível controle do transporte público pela classe operária e por aqueles que estudam e trabalham.

Rio de Janeiro

Manifesto do POR em Defesa da Praça da Cantareira em Niterói

O Projeto de Lei do vereador Leandro Portugal (MDB), de maio de 2026, visa fomentar o setor “gastronômico” local da Praça Leoni Ramos (Cantareira) em Niterói-RJ. Tem por objetivo “consolidar a região como um dos principais corredores culturais e boêmios do estado”. Não tem preocupação com o acesso local.

A Praça da Cantareira é uma área de acesso universitário e de moradores do bairro e movimenta uma massa de trabalhadores formais e informais. A proposta de uma padronização visual das barracas dos ambulantes se mostra mais como um projeto de expulsão da população de rua do entorno. O projeto também não esclarece se haverá cobrança de taxas e tributos aos trabalhadores ambulantes da praça. Um questionário disponibilizado pela Prefeitura de Niterói não garantiu a participação da opinião pública, já que constava resposta predefinida e tendenciosa. O direito fundamental à praça pública é um bem coletivo dos trabalhadores. Esse espaço não pode ser conduzido por projetos de caráter higienista ou de segregação, mas deve assegurar o acesso e a participação da comunidade. Qualquer intervenção, revitalização ou alteração deste espaço deve necessariamente passar pela participação popular da comunidade local.

A região metropolitana do Rio de Janeiro é marcada pela histórica modernização dos espaços urbanos como “cartão postal nacional” para apagar atrasos econômicos, eliminando a população pobre e majoritariamente negra dos espaços. Mascarada por detrás de um movimento sanitarista, a preocupação higienista com as aglomerações foi historicamente uma maneira de controlar e expulsar a classe operária e demais trabalhadores do Rio de Janeiro, por meio de um “modelo europeu” de urbanismo moderno. No caso do Rio de Janeiro, a desigualdade do planejamento urbano entra em choque com a especulação imobiliária do capital.

O Projeto de Lei da Cantareira não contempla a revitalização estrutural da praça, que atende ao interesse coletivo de saneamen-

to básico, canalização de esgoto com drenagem, nem revitalização dos fios de iluminação, do asfalto, nem cita a questão do transporte no projeto. Está claro que se trata de uma política barata de revitalização visual da praça, que serve de propaganda política em um período eleitoral. A transformação estrutural das cidades em benefício dos trabalhadores só poderá ser realizada com os próprios trabalhadores no controle da produção, o que só será possível pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Isso não significa que os explorados não devam lutar e reivindicar melhorias em seu próprio benefício, bem como lutar contra os falsos projetos capitalistas de exclusão da população pobre.

Por isso, o Partido Operário Revolucionário (POR) defende que as massas populares exijam da Prefeitura de Niterói uma reforma transparente e participativa, preservando a praça como espaço público, incluindo suas áreas verdes, e garantindo o acesso e uso de todos sem discriminações. A convocação de uma assembleia popular para decidir sobre os rumos do movimento e o controle das modificações na praça é o primeiro passo a ser dado pelos trabalhadores e moradores da região.

Esse é o caminho para que os trabalhadores, estudantes e moradores locais tomem em suas próprias mãos as obras e modificações dos espaços públicos. Que os movimentos sociais e demais trabalhadores formais e informais constituam uma assembleia popular para que seja organizada uma Carta de Reivindicações própria, com método de luta próprio, convocando um Dia de Luta, com paralisações e bloqueios sobre a revitalização da Praça da Cantareira. Que os movimentos e demais trabalhadores formais e informais exijam da prefeitura de Niterói o atendimento imediato à sua Carta de Reivindicações sobre o interesse coletivo da revitalização da Cantareira.

Rondônia

Burocracia adia mais uma vez a greve

Sob pressão dos trabalhadores da educação de Porto Velho, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero), no dia 23/06 realizou uma assembleia. Mesmo assim, as três entidades – Sindicatos dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia (Sinprof/RO) e Sindicato dos Servidores do Município de Porto Velho (Sindepv), queriam adiar mais uma vez, a convocação da assembleia.

A burocracia dos três sindicatos não teve apoio da base quanto ao recuo da pressão sobre o prefeito Leo Moraes. A base sindical se empenhou também na mobilização nas escolas, chamando os colegas à construção da greve. Percebeu as ações conciliadoras das direções sindicais corrompidas pelo eleitoralismo e pelas legalidades do Estado, em vez de se colocar em defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores da educação.

Ao iniciar a assembleia, no momento dos informes das direções dos sindicatos, resultado das negociações, confirmaram que o prefeito ofereceu R\$100,00 para os servidores das escolas e para

os professores a implantação do piso somente em outubro e pagamento dos retroativos de janeiro a setembro.

Como trabalhadores da educação já estavam furiosos, por unanimidade votaram pela proposta da greve. E o que aconteceu? O que já esperávamos foi a materialização das terríveis manobras que cansam a base, beneficiam o prefeito e abortam a greve.

O encaminhamento proposto e firmado perante a base foi o de que os professores terminariam o semestre até dia 15/07 e a partir de 30/07, na retomada do segundo semestre, aconteceria a assembleia para deflagração da greve dos trabalhadores em educação.

Tudo indica que essa proposta foi o mecanismo usado para quebrar a disposição de luta. A Corrente Proletária da Educação/POR interveio tanto na organização da mobilização quanto na assembleia. Defendeu a aprovação imediata da greve e se colocou contra a proposta da burocracia de adiá-la. No entanto, prevaleceu a política dos burocratas de adiamento. A tarefa agora é retomar a mobilização, fazendo um balanço do que foi a assembleia e organizando a assembleia no início do segundo semestre.

São Paulo

Reunião do CRECE de São Mateus discute a precariedade da Educação Especial

Responder com a luta direta

Na reunião de junho, a pauta central do CRECE de São Mateus foi o grave problema da falta de especialistas e de suporte para acompanhar o grande número de alunos atípicos nas escolas municipais. Foram convidadas as especialistas do CEFAI - Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão da DRE São Mateus para responder aos questionamentos feitos pelos professores desde o ano passado.

Nessa reunião, a representante do CEFAI mostrou como ela trabalha de acordo com o Decreto municipal 57379/16: visita escolas, analisa e orienta os educadores diante dos vários casos de TGO e TEA. Alertou que existem muitos casos de crianças atípicas que não estão incluídas “no rol” que oferece o acompanhamento especializado. Finalizou, dizendo que a mudança depende de novas políticas públicas.

Ao abrir o debate, coube a Conselheira do Sinpeem e militante porista perguntar se o CEFAI sabia de algum resultado da mesa de negociação dos sindicatos com SME sobre este assunto? Lembrou que a falta de estrutura nas escolas tem inviabilizado o trabalho e que, portanto, este foi um dos motivos da greve dos educadores, no mês de abril e maio. Acrescentou que o problema persiste e vem aumentando o número de adoecimentos de professores e alunos, principalmente atípicos. Propôs que o CEFAI apresente um levantamento completo de crianças atípicas, para que a reivindicação de mais especialistas, estagiários, PAAEs, AVEs etc. são necessários em cada escola. Isso para exigir do prefeito a contratação imediata de especialistas para ajudar no cuidado dessas crianças.

Nunes sabe que há falta de funcionários nas escolas. No início do ano, reduziu os módulos, tanto de professores especialistas como de ATEs, momento em que impôs o 1º ano Integral, quando deveria ser o contrário. Tudo indica que irá impor os 2ºs anos no Projeto SP Integral no próximo ano, para atender o PNE – Plano Nacional da Educação. E a resposta contra as medidas de cortes de recursos só poderá vir da mobilização unitária dos trabalhadores da educação.

Alguns dias depois, o CRECE CENTRAL apresentou uma proposta de abaixo-assinado dirigido aos pais e educadores, apontando alguns pontos como exigência ao governo e da SME: redução do número de alunos por turma/agrupamento; diminuição do número de bebês e crianças por sala; garantir condições pedagógicas para a inclusão; ampliar o quadro de apoio; aumentar Auxiliares de Vida Escolar; garantir profissionais especializados, criando o cargo de PAAE - Professor de Atendimento Educacional Especializado em todas as escolas; adaptar da infraestrutura física, fazendo reformas para acessibilidade total e tratamento de ruídos e qualificação para alunos com TEA – transtorno do espectro autista.

Certamente, o prefeito só tomará ciência dessas exigências se houve manifestações de rua e greve. Caso contrário, tais exigências não passarão de uma carta de intenções. A Corrente Proletária/POR continua com a campanha da organização dos trabalhadores da educação municipais, para que possa enfrentar a política dos governantes, que é de corte de recursos à educação e superexploração do trabalho.

São Paulo

Responder à Reforma Administrativa, exigindo que a Afuse convoque assembleia e Congresso democrático

No dia 19 de junho, ocorreu uma reunião da Afuse em Franco da Rocha, que se limitou a informar sobre a situação funcional. Na realidade, serviu apenas para criar ilusões de que é possível obter conquistas a partir das negociações com os governantes. Faltando pouco mais de um mês para o Congresso da “Macro Guarulhos”, marcado para 14 de agosto, a burocracia dirigente da Afuse insiste na política de conciliação de classe e nos Congressos fatiados, por região, com delegados escolhidos a dedo ou por sorteios. Se recusa a convocar as assembleias, eleger delegados nas escolas para o Congresso, que deve ser estadual. Quem fragmenta o trabalhador é o governo, portanto, o patrão. A tarefa da direção sindical é unir os trabalhadores, para que a força coletiva de classe seja a arma para derrotar os brutais ataques dos governos.

A Corrente Proletária interveio no sentido de que os funcionários das escolas estaduais exijam que a direção da AFUSE organize a resistência contra os ataques dos governantes. No entanto, a direção do sindicato não se baseia nas decisões aprovadas nas assembleias. Ao contrário, privilegia as decisões tomadas em reuniões de um pequeno punhado de conselheiros estaduais. Dessa forma, rejeita a discussão coletiva da categoria. Isso no momento em que a categoria que vem sendo substituída pela terceirização e, agora, vem convivendo com os contratos temporários que o governo denominou “Banco de Talentos”. Sem as assembleias, os funcionários não têm como questionar a direção do sindicato, que vive de palavreados e de ofícios para a Secretaria da Educação.

LANÇAMENTO**R\$10****Adquira com o distribuidor do jornal Massas:****Corrente Proletária**
Funcionários de escola**Funcionários de escola e a política de independência de classe**Manifestação em novembro de 2021 contra governo Dória, na Praça da Sé**MASSAS****POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

A Corrente Proletária, que tem como princípio a independência do sindicato e a democracia sindical, intervém nas reuniões com o chamado das assembleias e Congressos democráticos. Porque historicamente são por meio desses instrumentos que os trabalhadores aprovam suas reivindicações e como alcançá-las. Sabe da importância de organizar a luta coletiva em defesa dos empregos, salários e estabilidade para todos os trabalhadores. A ação coletiva é o caminho para avançar em defesa de nossas conquistas.

No Congresso Nacional, vem sendo discutida a reforma administrativa. Na Assembleia Legislativa, a grande maioria dos deputados está pronta para votar o PL 1316, ou seja, a reforma administrativa de Tarcísio, onde institui a avaliação desempenho para demitir e aumentar a superexploração entre outros ataques. No entanto, em janeiro de 2026, o Congresso da CNTE (Confederação dos trabalhadores em educação) não serviu para a organi-

zação da resistência contra mais essas contrarreformas. A direção da AFUSE esteve presente nesse Congresso e ficou calada diante da ofensiva da reforma administrativa que tramita no Congresso Nacional. Trata-se de uma direção vinculada à política do PT e submetida ao governo Lula. Dessa forma, faz do sindicato uma correia de transição do petismo e do governismo. Está aí por que combate as posições classistas da Corrente Proletária.

A Corrente Proletária, ao contrário, luta pela independência sindical, pela democracia coletiva, pelos métodos próprios dos trabalhadores, que são as assembleias, manifestações de rua e greves. Combate a burocratização da Afuse e trabalha pela unidade dos funcionários efetivos, contratados e terceirizados, sob a bandeira de efetivação de todos. Nesse sentido, chama os funcionários a fortalecerem a oposição classista e de luta, que está expressa na Corrente Proletária.



São Paulo - Nota do Boletim da Corrente Proletária na Educação

O governo Tarcísio de Freitas prepara mais um duro ataque contra os professores e todo o funcionalismo público paulista

Aproveitando o período de férias escolares, o governo colocou em tramitação na Assembleia Legislativa (Alesp) o PL 1316, um projeto que, se aprovado, abrirá caminho para novas demissões e para a retirada de direitos dos servidores, atingindo tanto os efetivos quanto os contratados.

Entre os pontos mais graves do projeto está a legalização da Avaliação de Desempenho como mecanismo de punição e demissão dos Categoria O. O projeto amplia o peso das avaliações de desempenho na vida funcional dos servidores, altera regras de progressão e promoção na carreira, concentra mais poder nas mãos da Secretaria da Educação para regulamentar aspectos fundamentais do trabalho docente e fortalece mecanismos de controle sobre a categoria. Na prática, essas medidas aumentam a insegurança funcional, ampliam a pressão sobre os trabalhadores e abrem caminho para novas formas de precarização e retirada de direitos conquistados ao longo de décadas de luta.

Como se não bastasse, o governo também está impondo aos professores contratados a realização de um novo Processo Seletivo Simplificado (PSS), com valor da inscrição mais caro e sem qualquer garantia real de contratação para os candidatos aprovados. A experiência tem demonstrado que os governos usam os concursos como forma de arrecadação, enquanto mantém a maioria nas condições de subemprego com os contratos temporários.

É preciso defender os empregos, os salários, os direitos e as condições de trabalho de toda a categoria. Até agora, o governo não conseguiu consolidar plenamente sua política de persegui-

ção aos trabalhadores porque houve resistência e mobilização nas ruas contra os chamados "faróis". Essa experiência demonstra que somente a luta coletiva é capaz de barrar os ataques aos nossos direitos. A Corrente Proletária na Educação defende a reabertura das salas de aula fechadas e a redução do número de alunos por turma, além da organização da resistência ao falido ensino integral (PEI), entre outras reivindicações que fazem parte da defesa geral da categoria diante da ofensiva reacionária do governo estadual.

Para isso, é fundamental exigir das direções da Apeoesp, da Afuse e das demais entidades representativas do funcionalismo público a convocação imediata de uma assembleia geral para organizar a resposta da categoria e deliberar sobre a construção de uma greve. A via das negociações de bastidores na Alesp, visando "virar o voto" dos deputados é o caminho da derrota. Tarcísio tem a maioria dos parlamentares em suas mãos. Ou os trabalhadores se organizam, apesar de todas as dificuldades, a exemplo da situação de desmobilização das férias escolares, ou o governo conseguirá impor o seu PL da contrarreforma administrativa.

A força dos trabalhadores está em sua ação coletiva e massiva. O funcionalismo deve tomar a iniciativa de forjar a mais ampla unidade no campo da independência de classe, levantando as bandeiras que unificam os oprimidos, de defesa dos empregos, salários e direitos. É necessário exigir das centrais, sindicatos e movimentos que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, como forma de reunir a força social capaz de derrotar o governo.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascistas. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada - em última instância - pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

São Paulo

Aumentam os escândalos de envolvimento dos governos com bancos fraudulentos, narcotráfico e igrejas

Aumenta o endividamento dos trabalhadores com empréstimos e jogatinas digitais – BETs

Não bastam campanhas artísticas contra os jogos do azar online, como o Tigrinho

A solução passa por acabar com a fome e a exploração do trabalho.

É preciso retomar a luta nas ruas contra a miséria e o saque feito pelos capitalistas os trabalhadores

Que os sindicatos e demais movimentos constituam um tribunal popular e chame a luta nas ruas para punir os golpistas, os bilionários e seus governos aliados

Lutar para que Ricardo Nunes /MDB, Tarcísio de Freitas/Republicanos e todos os partidos aliados do bolsonarismo devolvam imediatamente à população o dinheiro roubado

A cada dia que passa mais escândalos vem à tona. Nesta semana foram denúncias sobre os desvios milionários feito pelo governo de Ricardo Nunes/MDB. Foram destinados 40 milhões de reais para a Transunião, empresa ligada ao PCC, para comprar ônibus elétricos. Além disso, veio a público o repasse de 135 milhões de reais para uma produtora fake do filme “Dark Horse”, sobre a vida fútil de Bolsonaro. Isso depois da produtora ter abocanhado quatro vezes mais o valor de um filme brasileiro, inclusive de Vorcaro do Banco Master.

O mais grave de tudo isso é que os empréstimos consignados têm aumentado o endividamento do funcionalismo municipal. Os capitalistas, não contentes em explorar o trabalho assalariado, fazem parcerias com bancos e igrejas para usurparem também parte dos minguados salários, através de empréstimos com altas taxas de juros. Foi o que mostrou a denúncia sobre a ligação dos governos estadual e municipal de SP com o Banco Digimais - de propriedade de Edir Macedo (fundador da Igreja Universal). O Banco enfrenta uma profunda crise financeira beirando à falência. Mas tem recebido, tanto do governo municipal como do estadual, empréstimos e também o pagamento mensal dos empréstimos consignados feitos pelo funcionalismo.

Com a Copa do Mundo, outro fato que tem se destacado é a perda dos trabalhadores que se viciaram nas apostas on-line (BETs). Jogos, como o Tigrinho, foram recentemente legalizados pelo governo federal, obtendo o símbolo Br. O governo federal pretende arrecadar 5% do faturamento de cada BET legalizada. Lula e seus aliados não estão preocupados com a saúde mental dos apostadores viciados. Psiquiatras estão mostrando o nível alto de ansiedade de adultos e até de crianças, que não conseguem ficar sem jogar nos celulares. Os jogos on-line invadem todas as telas com ou sem permissão dos proprietários.

A loucura é tamanha que existe até campanha de artistas globais contra o jogo do Tigrinho. Mas de nada adiantarão medidas paliativas, num mar de propagandas enganosas, onde os maiores interessados são os bancos. O endividamento da família trabalhadora e a febre da jogatina online ocorrem num quadro de profunda crise econômica. A melhor forma de combater as ilusões despertadas em uma vasta camada de trabalhadores pelos especuladores e apoiadas pelos governantes é a dos sindicatos organizar uma campanha de defesa dos salários e empregos. Levantar a bandeira de expropriação do capital financeiro e dos donos das BETs.

São Paulo

Comitê protocola no Consulado Boliviano a moção de repúdio ao Estado de Sítio e às prisões decretadas pelo governo Rodrigo Paz

No dia 22, o Comitê em defesa do povo Boliviano protocolou no Consulado de SP uma moção de repúdio ao Estado de Sítio, que exigia também a libertação dos presos políticos.

Após a entrega, ocorreu um pequeno ato. A baixa presença se deveu, em boa parte, ao horário das 12 horas. Entre os manifestantes havia os imigrantes bolivianos que reclamavam direitos trabalhistas no Brasil.

Esse Comitê foi formado inicialmente pelo Feminismo Independente e contou com correntes de esquerda. Realizou nesse período de convulsão na Bolívia cinco manifestações em São Paulo. A terceira, que foi na Av. Paulista, foi a maior delas. O POR interveio em todas elas. No entanto, na última manifestação em frente ao Consulado, o DAP - Corrente Diálogo Petista – ligada ao Jornal O Trabalho, assumiu o controle do ato. Burocraticamente, cortou a

fala das correntes inscritas, após o pronunciamento do PSTU. Isto porque criticou o governo Lula de ter dado apoio ao governo boliviano legitimista e a traição de parte da direção da COB em negociar com o governo.

O POR questionou o corte burocrático das intervenções. Mas o DAP encerrou o ato apenas agradecendo a presença das correntes. Apesar dessa conduta da direção do ato, o POR distribuiu o Manifesto e divulgou o Jornal Massas, que continha vários artigos sobre o conflito na Bolívia e a posição do POR boliviano, que estava em contraposição às bandeiras do movimento camponês e indígena de renúncia do presidente. O POR se colocou, desde o início, pela constituição da Assembleia Popular como organismo de poder das massas insurretas.

Rio de Janeiro

Ato em defesa do povo boliviano é marcado pelo esvaziamento

No dia 18 de junho, ocorreu o Ato em Solidariedade ao povo boliviano em frente ao Consulado da Bolívia. O ato foi esvaziado, contando apenas com representação de algumas correntes e da CSP-Conlutas. O fato do Consulado da Bolívia ficar na região do bairro do Flamengo, na Zona Sul, de classe média, ajudou no esvaziamento. Diante da manifestação em apoio ao povo boliviano, algumas pessoas aproveitaram para gritar o nome de Bolsonaro, em uma alusão às eleições polarizadas de outubro entre o PT e PL.

Apesar desses contratemplos, o ato contou com abertura para falas no carro de som. Houve muitas críticas ao governo Lula por autorizar a liberação de equipamento de repressão do Rio de Janeiro para atacar o povo boliviano e ao governo ultradireitista de Rodrigo Paz.

Também ocorreu a entrega de um Manifesto de Solidariedade Internacional às lutas do povo boliviano, construído sem a participação do POR. O documento denuncia a repressão de Rodrigo Paz, reivindica o retorno dos subsídios aos combustíveis, retirados pela atual gestão e aponta a saída de um governo burguês por outro.

O POR interveio com seu manifesto ressaltando a história revolucionária do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e das massas bolivianas. Afirmando e defendendo o marxismo-leninismo-trotskismo na Bolívia, colocando-se não só na divulgação de seus posicionamentos programáticos como também no terreno prático da construção da frente única anti-imperialista internacionalista. Levantando a defesa revolucionária de unidade, operário-camponesa e indígena.

Evento sobre a Palestina Livre no Armazém do Campo de São Caetano

O ABComitê Regional em Defesa da Palestina convocou a atividade para sábado, 20 de junho, no Armazém do Campo na cidade de São Caetano do Sul. Ocorreu após um longo período sem ações do Comitê e pouco tempo depois de um dirigente sindical e partidário, ligado ao PSOL, lançar a nota “É urgente a unidade anti-imperialista” defendendo a unificação dos comitês regionais, coadunando com a política defendida pelo POR. Organizado pelo Comitê Palestina, este evento contou com a participação de entidades e partidos políticos.

Cerca de 40 pessoas estavam presentes no momento político - na verdade uma mesa de palestrantes -, onde a política predominante foi a pequeno-burguesa. A parte política da atividade foi bem curta, com a mesa sendo seguida por música ao vivo e outras atividades culturais. Mesmo que a exposição possa ser importante, esse tipo de ação não ajuda a erguer um comitê de frente única anti-imperialista.

O POR interveio com seus militantes e simpatizantes, mas não participou do almoço para arrecadação de fundos. Montamos uma banca divulgando a política proletária do POR sobre a autodeterminação da Palestina e contra a intervenção imperialista dos EUA e de seu aliado sionista Israel no Oriente Médio.

Após a palestra com falas na mesa, foi aberto espaço no microfone e atuamos defendendo a unidade nas lutas anti-imperialistas - mencionando os casos da Venezuela, Bolívia, Irã, Palestina etc. Uma unidade prática e pautada nas reivindicações mais sentidas pelos explorados, juntando comitês e organizações em uma frente única anti-imperialista. O POR se colocou pelos métodos da ação direta nas ruas, a exemplo do que vinha sendo feito pelas massas bolivianas. Ressaltou a importância e a atualidade de se reconstruir a Quarta Internacional.

O ato teve como único propósito “prático” divulgar e coletar assinaturas para o abaixo-assinado contra a aprovação do PL de autoria de Tábata Amaral (PSB). Criticamos esse método e instrumento, não por seu conteúdo político, já que várias das denúncias nele contidas são acertadas, mas por não colocar que a derrubada desse tipo de ataque deve se dar pela ação direta das massas e não colocando o comitê, movimentos e organizações políticas arrastados por detrás da podridão do parlamento burguês. O PL tem como conteúdo equiparar antissemitismo e antissionismo, o que o

POR já vem criticando exaustivamente. Chama atenção que o PL faz uso das mesmas punições da Lei de Injúria Racial, mostrando mais uma vez com que facilidade o fortalecimento do aparato punitivo do Estado burguês vira suas leis contra os explorados, em particular, àqueles mobilizados e militantes contra o capitalismo e o imperialismo.

O Estado e a democracia burguesa são antidemocráticos e oprimem a voz e luta daqueles que se colocam de alguma forma, mesmo tímida, contra os genocídios, as invasões e os atos reacionários a serviço da classe burguesa. O documento se alinha com ilusões burguesas típicas das organizações centristas e reformistas. Suas falas também foram nesse sentido: pontuaram a luta ideológica, defesa do “direito de opinião”, ignorando que a democracia burguesa é parte da ditadura de classe burguesa. Na verdade, sabem exatamente que estão afundados no eleitoralismo e cada vez mais vinculados ao Estado burguês, abandonando a organização politicamente independente das massas por suas reivindicações.

Quando já esvaziada, a atividade ainda contou com a presença do ativista Thiago Ávila da Flotilha da Liberdade, que após se dirigir em um barco, completamente desarmado, para o território palestino em pleno genocídio a fim de divulgar nas redes sociais sua captura pelo Estado sionista, lançou recentemente sua pré-candidatura a Deputado Federal. Ele mencionou a luta contra o cerco que existe na Palestina, a escalada do genocídio para outros países. Falou do ataque à Venezuela, bloqueio à Cuba e outras ameaças na América latina, e terminou sua breve fala se alinhando às eleições na Colômbia e no Brasil.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Formação Política do Nossa Classe

O que é o Estado?

Para Karl Marx, o Estado e os seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário) não é um mediador neutro que busca o bem comum. Ele foi criado pela burguesia (patrões), dona dos meios de produção (fábricas, terras, bancos), para manter a dominação e a exploração da classe operária e dos demais explorados. No sistema capitalista, o Estado atua como um "comitê de negócios" da burguesia. Suas leis, burocracia, sistema jurídico e força policial existem para garantir a propriedade privada e a exploração da força de trabalho do proletariado (assalariados) e demais oprimidos.

A burguesia não é homogênea. Existem várias frações da burguesia, como a do agronegócio, da indústria, dos bancos e do comércio. Essas frações criaram seus partidos e elegem seus representantes, deputados e senadores, para que o Congresso Nacional defenda seus interesses e projetos. Isso explica por que as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização aprovadas no Congresso são para retirar direitos dos trabalhadores e beneficiar os patrões.

As eleições são a forma que a burguesia utiliza para eleger aqueles que irão administrar seu Estado, seus negócios, e defender a propriedade privada. Sabe que nenhum dos candidatos que se dizem "socialistas" defendem a destruição do Estado burguês e o fim da propriedade privada. Todos os partidos da ultradireita, direita e os ditos de esquerda que estão em campanha querem administrar o Estado burguês e manter a exploração da maioria explorada.

Está aí por que a classe operária e demais explorados não podem ter nenhuma ilusão nas eleições, nem no parlamento burguês. A tarefa colocada à classe operária e ao demais oprimidos é a de construir o seu próprio partido, operário revolucionário, que tem como estratégia a destruição do Estado burguês e suas instituições por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. Colocar fim ao sistema de exploração capitalista, a propriedade privada e construir uma sociedade socialista, de transição ao comunismo.

Bolivia

Formação Política 

Pernambuco - Formação Política

Lições da Luta de Classes na Bolívia, da Assembleia Popular de 1971 aos Levantes de 2026

No dia 27 de junho, em Recife, o POR realizou uma atividade de formação política sobre as lutas do povo boliviano. O curso foi dividido em duas partes: 1) a apresentação das lutas históricas e 2) a análise dos levantes iniciados em 1º de Maio de 2026.

O Panorama das Lutas Históricas

No resgate histórico, destacou-se como a Independência Boliviana integrou as guerras impulsionadas por Simón Bolívar, contando com a formação de cabildos (que assumiram a forma de assembleias populares) contra os colonizadores. Mais tarde, durante a Guerra do Chaco (1932-1935), aqueles que se opuseram ao conflito foram perseguidos. No exílio em Córdoba, em 1935, esses opositores fundaram o POR boliviano, já vinculado à Oposição de Esquerda comandada por León Trotsky.

Após a morte precoce do principal dirigente, José Aguirre Gainsborg, em 1938, uma nova geração despontou, destacando-se o jovem Guillermo Lora, que defendia a necessidade de o partido penetrar no proletariado. Refugiando-se da repressão política junto aos mineiros, Lora traduziu em teoria revolucionária o instinto comunista da classe operária. Esse processo resultou na aprovação das Teses de Pulacayo (1946) no Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Mineiros, documento que expressou as particularidades da Bolívia e estabeleceu a estratégia da ditadura do proletariado.

Em 1952, diante de um golpe da oligarquia do estanho, o partido nacionalista MNR foi impedido de assumir o governo. Como resposta, desenvolveram-se duas linhas: A do MNR: organizar um contragolpe apoiado na burocracia estatal e em parte do exército; A do POR: a insurreição popular.



As massas se ergueram, o exército foi substituído por milícias de operários e camponeses, e a Central Operária Boliviana (COB) foi criada como um órgão soviético. A ala esquerda do MNR, expressa na figura do caudilho sindical Juan Lechín, alinhou seu discurso às Teses de Pulacayo, confundindo as massas como se o MNR pudesse materializar aquele programa. O POR, embora ativo, não conseguiu se consolidar como a direção física da luta. Nesse período, fez falta um partido mundial da revolução socialista, pois a IV Internacional estava sob a direção revisionista de Michel Pablo, que enviava representantes à Bolívia com a orientação equivocada de que o POR deveria ingressar no MNR como ala esquerda — linha que foi rechaçada por Lora. O POR acabou

cindido em um momento decisivo, agravando suas dificuldades organizativas; contudo, preservou o programa revolucionário e prognosticou que o MNR, como partido nacionalista burguês, terminaria servil ao imperialismo.

Ditadura Militar e a Assembleia Popular de 1971

Os governos do MNR atuaram para recompor o poder da burguesia, reconstituindo o exército submetido ao imperialismo. Em 1964, um golpe militar levou à militarização das minas, a massacres e à morte de importantes dirigentes operários do POR, como César Lora e Isaac Camacho. O POR teve o mérito de recusar a via do foquismo, mesmo com a presença de Che Guevara no território boliviano, onde morreu, em 1967, tentando constituir focos guerrilheiros.

Com a morte do ditador Barrientos, em 1969, abriu-se um novo período de crise política, com golpes e contragolpes. Em 1970, o general Torres, da ala esquerda do exército, assumiu o governo, e a COB constituiu o Comando Político da Classe Operária e do Povo. Foi sob esse governo que se gestou a Assembleia Popular.

Inaugurada em 1º de maio de 1971, a Assembleia Popular era composta por diferentes correntes políticas empurradas por suas bases, com maioria de delegados operários. Erguendo-se como embrião do poder do proletariado para estabelecer um governo operário e camponês, aprovou resoluções como o controle operário da mineração e os Tribunais Populares contra os crimes da burguesia. A Assembleia estabeleceu a dualidade de poderes e começou a atrair frações da baixa oficialidade do exército. Diante do golpe fascista, impulsionado pelo imperialismo estadunidense em articulação com a ditadura brasileira, a Assembleia exigiu armas a Torres, que só liberou fuzis velhos após 12 horas. Houve combates por cinco dias, mas, sem chances de vitória, a direção decidiu recuar para evitar o esmagamento físico da vanguarda.

Das contrarreformas neoliberais ao governo do MAS

Na redemocratização, coube ao MNR implementar as privatizações e contrarreformas neoliberais. No início dos anos 2000, o povo boliviano se levantou na Guerra da Água e na Guerra do Gás. Com o esgotamento do MNR, nasceu do sindicalismo cocalheiro o Movimento ao Socialismo (MAS), que serviu à conciliação de classes. Evo Morales foi eleito presidente em 2005, e o POR se diferenciou das demais esquerdas por nunca alimentar ilusões no governo nacional-reformista, prognosticando o apodrecimento do MAS.

Em 2019, ao tentar se manter no poder pelo quarto mandato seguido, Evo foi rechaçado pelas lutas de massas. Porém, sem a materialização de um programa revolucionário, a direita racista capitalizou o governo. Nas eleições seguintes, o MAS retornou ao Executivo com Luis Arce, mas acabou dilacerado por disputas internas a ponto de sequer chegar ao segundo turno nas eleições mais recentes, o que resultou na eleição de Rodrigo Paz, de centro-direita.

O debate da primeira parte concluiu apontando a importância do POR boliviano como o partido trotskista de maior longevidade na América Latina, cujo isolamento precisa ser rompido, superando os obstáculos colocados por correntes difamadoras.

Segunda Parte: Os Levantes de 2026 e o “Estado de Exceção”



Na segunda metade da formação, foi lido e discutido o manifesto do POR de 20 de junho de 2026, intitulado "Abaixo o Estado de Exceção". Diante dos ataques antipopulares do governo Paz, a população boliviana respondeu com bloqueios em todo o país. O movimento iniciou-se com reivindicações em defesa das condições de vida e contra as privatizações e a inflação. No entanto, a bandeira de renúncia do presidente passou ao primeiro plano quando ficou claro que o governo manteria os ataques. O POR atuou demonstrando os limites de se substituir um governo burguês por outro, agitando as bandeiras revolucionárias.

O manifesto caracterizou o “estado de exceção” como uma manifestação da ditadura de classe da burguesia para garantir os interesses imperialistas. O esgotamento da democracia burguesa expõe a necessidade da unidade dos oprimidos (indígenas, camponeses, operários e a classe média arruinada) contra a burguesia e seu Estado.

Os levantes bolivianos demonstraram à América Latina a tarefa de unificar as lutas nacionais contra governos que implementam políticas imperialistas — visto que o governo Paz se alinha à direita internacional no projeto "Escudo das Américas". O POR defende que a resistência se constitua em uma frente anti-imperialista sob a direção do proletariado, retomando a experiência histórica da Assembleia Popular de 1971.

Por fim, criticou-se a postura da COB, que não impulsionou o movimento operário a integrar os levantes, favorecendo as manobras divisionistas do governo. O acordo da direção da COB foi caracterizado como uma capitulação e traição ao movimento camponês, que sustentava os bloqueios. No Brasil, a militância do POR defendeu o povo boliviano como parte da tarefa de construção da frente única anti-imperialista. O encontro foi encerrado com um debate entre os presentes sobre as lições extraídas da luta de classes na Bolívia e a necessidade de difundi-las.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$40

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

GUERRAS NA UCRAÍNA E NA FAIXA DE GAZA POTENCIAM A CRISE MUNDIAL. RESOLUÇÕES, MANIFESTOS E DECLARAÇÕES

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



Convite

Aos camaradas do Partido Operário Revolucionário - POR

Camaradas,

No caminho das relações fraternais que estamos construindo (que devem ser a tônica entre revolucionários), que têm como pauta central, neste momento, algumas discussões e intervenções em processos da luta de classes nacional e internacional a partir da unidade que construímos no 6º Congresso da CSP-Conlutas, a Coordenação Nacional Provisória (CNP) do Movimento pela Frente Socialista Revolucionária – MFSR, em sua reunião de 28/06/2026, ratificou a proposta de convidá-los para a abertura e o ponto político da Plenária Nacional (virtual) do MFSR, a se realizar em quatro de julho (04/07) próximo, a partir das 14 horas, onde os camaradas poderão valer-se de uma fala no mesmo tempo dos membros

do MFSR (aproximadamente quatro minutos), para uma saudação e, se assim for da vontade de vocês, uma breve contribuição ao ponto.

Na expectativa de que a participação de vocês na Plenária Nacional do MFSR sirva para estreitar os laços de confiança e camaradagem entre nós (indispensáveis para o desenvolvimento de discussões políticas que busquem consensos), solicitamos que confirmem presença e indiquem quem participará em nome do POR para podermos enviar o link.

Saudações revolucionárias

CNP do MFSR - 01/07/2026

Resposta

Saudação do POR à Plenária Nacional do Movimento pela Frente Socialista Revolucionária (MFSR)

Companheiros(as),

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Recebemos o convite para fazer esta saudação à Plenária Nacional do Movimento pela Frente Socialista Revolucionária e aceitamos devido à particular importância que tem a tática frentista, principalmente na conjuntura de recrudescimento da crise do capitalismo.

A intervenção comum que tivemos no último Congresso da CSP-Conlutas demonstrou que é possível, apesar das nossas divergências de método, de tática e de estratégia, dar passos concretos no sentido da superação do burocratismo das direções sindicais.

Diante da reacionária ofensiva da burguesia sobre os explorados no mundo todo, impõe-se a mais ampla unidade no campo da independência de classe. A defesa das reivindicações elementares das massas deve ser o ponto de partida para colocar os oprimidos em movimento, elemento necessário para transformar o instinto comunista do proletariado em ação política consciente, revolucionária.

Os trabalhadores e a juventude oprimida vêm se mobilizando espontaneamente por suas reivindicações. Greves, marchas e levantes explodem por todos os lados. Destacam-se as heroicas resistências na Palestina, Irã e Líbano. O levante das massas na Bolívia contra o governo Rodrigo Paz também chamou muito a atenção em função de sua radicalidade.

Os combates na Bolívia foram erguidos como uma resposta ao aumento do custo de vida e à aplicação de um plano de ajuste ditado pelo imperialismo. A situação pré-insurrecional colocou

diretamente a questão do poder. A experiência tem demonstrado a importância da aliança operária e camponesa, impulsionando a luta pelas bandeiras mais sentidas das massas, fazendo a ponte com as bandeiras gerais de combate anticapitalista, retomando a tradição das Teses de Pulacayo, erguendo a Assembleia Popular como órgão de poder, como em 1970-71.

O obstáculo se encontra na profunda crise de direção revolucionária, na Bolívia, no Brasil, no mundo todo. Uma de suas expressões mais concretas é a política corporativista e burocrática das direções, que se negam a unificar e impulsionar as lutas. Daí a importância, aqui em nosso país, da exigência às centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis de que rompam com seu imobilismo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua.

Está colocada, diante da ofensiva generalizada da burguesia sobre os explorados e as nações oprimidas, a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção e os métodos de combate do proletariado. A única saída para a humanidade está na superação do capitalismo pela via da revolução proletária e do socialismo.

É aí que se colocam duas questões fundamentais: primeiro, da constituição do partido da revolução e ditadura proletárias no Brasil, um partido marxista-leninista-trotskyista; segundo, da reconstrução da Quarta Internacional.

Será a partir dessas questões vitais, companheiros(as), que o POR avaliará as resoluções aprovadas nesta Plenária.

Obrigado.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Nesta edição:

Bolívia:

Qual foi o significado dos 52 dias de mobilização de bloqueios de estradas? Após o conflito, o governo atacou com as medidas neoliberais exigidas pelo FMI;

Argentina:

O que significa a convocação à construção de um partido da “nova classe trabalhadora”;

Cuba:

Avança a restauração capitalista em Cuba;

Assimilando o socialismo científico: A Base da Consciência.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Bolívia

Qual foi o significado dos 52 dias de mobilização de bloqueios de estradas?

O grande perdedor é o governo totalmente repudiado pela população. A luta foi interrompida pelo cansaço dos bloqueadores, e não pelo Estado de Exceção, ditado pelo governo.

As massas não saíram derrotadas do conflito, suas bandeiras ainda estão intactas e flamejando. Para os sublevados, é apenas um intervalo, anunciando seu retorno às ruas e estradas na próxima oportunidade, que eles acreditam será a definitiva para derrotar o governo de Rodrigo Paz. Não houve uma derrota física que significasse um massacre colossal, nem uma derrota política que implicasse o abandono de sua posição e propósito de derrotar a política traidora, vendida e esfomeadora do governo.

O problema nacional da submissão das nações nativas, por mais de 500 anos, esteve no centro da conflituosa disputa. Foi uma rebelião indígena aymara, a mais importante em décadas, que não levantou demandas econômicas específicas do setor, mas buscou, em suas palavras, principalmente sua autodeterminação como nação. A inflexível luta teve como raiz a situação de pobreza nas áreas rurais não resolvida em 40 anos de neoliberalismo e de reformismo do masismo pró-burguês, agravada pelo mais recente aumento do preço do combustível. Assim como, por se sentirem traídos pelo candidato a quem as áreas rurais e periurbanas deram seu voto, pois o consideravam o “mal menor” para impedir que K'ara Tuto Quiroga fosse presidente, e não o perdoam por, agora, governar para os ricos contra os pobres, como denunciaram.

A contradição fundamental desse conflito foi expressa pelo confronto entre a nação opressora com um governo que representa os patrões e o imperialismo dos EUA, e a nação oprimida determinada a derrotar o presidente. E não entre o governo e os “conspiradores narcoterroristas”, como quiseram nos fazer engolir. O governo promoveu a figura de Evo Morales para lhe atribuir a causa do surto social. Esse impostor está politicamente morto aos olhos da grande maioria, ele é um zumbi não enterrado que se agarra a todos os conflitos sociais que aparecem para continuar com suas pretensões presidenciais. Sua influência é limitada a setores como o Chapare e alguns setores das terras altas ocidentais.

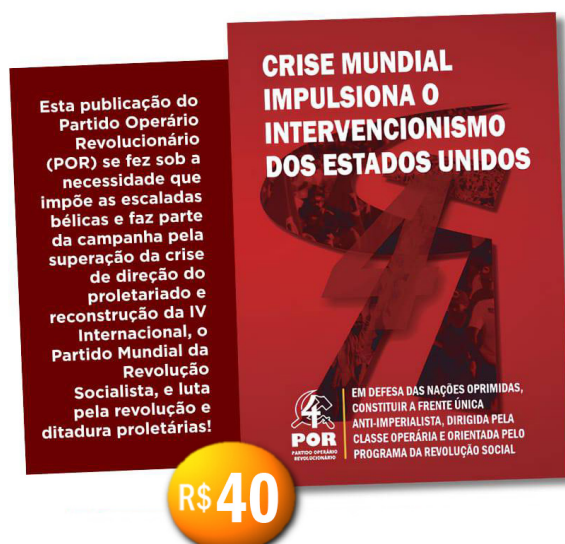
A limitação do movimento era que os camponeses indígenas que lideraram a longa luta não podiam oferecer uma perspectiva às massas sublevadas além da sucessão constitucional ou de uma nova eleição presidencial, o que não convenceu os pobres das cidades, que buscavam principalmente uma solução para a crise econômica.

Os camponeses não compreendem que é necessário acabar com a grande propriedade privada capitalista e seu Estado burguês para materializar a autodeterminação das nações originárias. As consignas estratégicas de “Revolução Social, para expulsar a

classe dominante do poder e não apenas Rodrigo Paz”, “Rumo a um Governo Operário-Camponês” e “Assembleia Popular, como a de 1971”, lançadas pelo Partido Operário Revolucionário, a partir do cabildo da COB de 1º de maio, não foram assumidas pelos mobilizados do campo e das cidades.

Argollo, cabeça da burocracia sindical à frente da COB, atolado em sua posição política burguesa democratizante e respeitosa da grande propriedade privada, controlada pela classe dominante e pelas multinacionais, não propôs uma resposta revolucionária à crise econômica nem uma perspectiva de poder para substituir a incapaz burguesia branca nativa. O proletariado, fundamentalmente mineiro, não conseguiu recuperar sua identidade política até hoje, nem redescobrir suas teses revolucionárias de Pulacayo em 1946 e da COB do Congresso de 1970. A crise ideológica que se arrasta desde o golpe de Estado de 1971 se aprofundou nos 20 anos de estatização dos sindicatos pelos impostores socialistas do MAS.

Os camponeses também perceberam que sozinhos não podiam fazer uma revolução, precisavam dos explorados das cidades, mineiros, operários de fábrica e outras classes médias oprimidas. Também ficou claro que sem a participação das massas camponesas originárias não se pode pensar numa vitória sobre a classe opressora. As tentativas de materializar a Aliança Operária-Camponesa nesta luta serão projetadas para o futuro, assim como a necessidade de estruturar a Frente Revolucionária Anti-Imperialista que dirija politicamente o processo revolucionário que amadurece.



R\$40

Adquirar já com o distribuidor do Jornal Massas.

Bolívia

Após o conflito, o governo atacou com as medidas neoliberais exigidas pelo FMI

A flutuação da taxa de câmbio em relação ao dólar é o primeiro golpe exigido pelo FMI à depauperada economia popular. Nas condições de escassez aguda de moeda estrangeira do Banco Central para fornecer dólares suficientes ao mercado, a taxa de câmbio flutuante só pode trazer maior inflação, com tendência ascendente e a consequente perda do poder de compra de soldos e salários, aposentadorias e a contração do mercado. O que resultará em menos vendas para os comerciantes.

Argumenta-se que o tipo de câmbio era fictício e que todas as transações comerciais já eram regidas pela taxa de câmbio paralela. O que não é totalmente verdade. Por exemplo, o pagamento de impostos sobre importações era calculado sobre a base da taxa de câmbio oficial; agora será feito com a taxa de câmbio do dia, de modo que os impostos subirão em moeda boliviana. O importador pagará sobre o preço final da mercadoria. Isto, num país como o nosso, que importa tudo, uma vez que produz muito pouco devido à sua escassa industrialização.

Reformas nas leis sobre mineração, hidrocarbonetos, eletricidade e investimentos virão a seguir, com o objetivo de atrair a entrada de capital estrangeiro em condições “competitivas”, ou seja, muito favoráveis aos abutres investidores, enquanto se permite deliberadamente que as empresas estatais agonizem. Isto, por exemplo, é o que perdem os mineiros de Huanuni e Colquiri, que assinaram acordos com o governo para que as minas não sejam privatizadas. Certamente, aqui, se trata lutar pela estatização de toda a mineração. Os grandes depósitos mineralógicos, classificados como “de tipo mundial”, foram ofertados para investimento privado estrangeiro, enquanto a COMIBOL, que administra a mineração estatal, não investe um centavo em seu desenvolvimento e se lhe exige que seja autossuficiente para permanecer em operação. É isso que significa “Abrir Bolívia ao Mundo”: abri-la para o saque de nossos recursos naturais pelo imperialismo.

É evidente que, apesar do fato de que esse governo, castigado pelo poderoso e prolongado bloqueio camponês e com o apoio dos trabalhadores das minas e cidades, está determinado a continuar com os planos colonialistas do imperialismo dos EUA e de toda a direita latino-americana.

A oligarquia agroindustrial latifundiária, as cooperativas burguesas de ouro e outros minerais, as multinacionais presentes no país, principalmente nos setores de mineração, hidrocarbonetos e bancário, exigem que o governo maltra-



tado continue com a política de garantir a eles segurança legal para seus investimentos e beneficiar os interesses do grande capital privado. Além disso, que medidas punitivas sejam tomadas, para dar uma lição aos dirigentes da mobilização.

O movimento camponês não conseguiu a renúncia do presidente e, com ele, de seu governo diretamente controlado pela racista oligarquia agroindustrial do Leste. Os discursos de reconciliação

nacional entre bolivianos; e entre Oriente e Ocidente, de diálogo aberto, são pura demagogia.

A aplicação das medidas de reforma exigidas pelo imperialismo por meio de seus tentáculos financeiros implica uma política de incentivo ao empreendedorismo privado e às corporações multinacionais em detrimento da grande maioria empobrecida. Essa é a lei do capitalismo em decadência em sua fase imperialista.

A luta de classes, junto com a luta contra a opressão das nações originárias, voltará a arremeter-se contra a política antinacional, esfomeadora e entreguista do governo fantoche do imperialismo americano.

BOLETIM
CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Boletim do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**
Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português 1. Nº 43 - maio de 2026

**Escritos de Guillermo Lora sobre o
internacionalismo proletário**
O Partido Operário Revolucionário
(POR-Bolívia) diante da tarefa de
reconstrução da IV Internacional
Nas condições de crise mundial do
capitalismo, emerge o programa da
revolução social
Sobre a base do Programa de
Transição, o CERQUI luta pela
superação da crise de direção
**Memória Eterna
ao camarada
Guillermo Lora!**

**Versão em Português
Nº 43 | MAIO DE 2026**
Adquira o Boletim
CERQUI e/ou outros
materiais com um dos
nossos militantes ou
pelas nossas redes:
R\$ 5
(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org

Argentina

O que significa a convocação à construção de um partido da “nova classe trabalhadora”

(Do Masas argentino nº 505)

Não há confusão, é um partido de outra classe, os revisionistas não propõem a construção do partido operário, não é um partido revolucionário. Esta é uma tarefa histórica em nosso país, que está pendente e que nós, do POR, estamos trabalhando para resolver. Não é um erro do Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), não é uma diferença linguística ou de interpretação. Eles sabem muito bem que, quando se referem à classe trabalhadora, estão se referindo a um grupo muito amplo de trabalhadores que inclui assalariados de classe média, assalariados que não são trabalhadores, trabalhadores com renda autônoma, profissionais proletarizados etc. Nesse conceito, os operários são uma parte minoritária. Se quisessem se referir à classe operária, teriam declarado claramente. Para que não haja dúvidas, o PTS denomina “nova classe trabalhadora”, referindo-se a trabalhadores de aplicativos, trabalhadores superexplorados fazendo entregas, Uber, call centers ou tarefas similares. Essa é a novidade. Não se trata da classe operária. No 1º de maio, M. Bregman indicou claramente sua perspectiva: “dar lugar a um novo movimento histórico, uma nova força política, um grande partido da nova classe trabalhadora”.

A classe operária é a que fundamentalmente produz a riqueza e que, pela natureza de seu trabalho, está concentrada em fábricas, oficinas, depósitos, portos etc. A classe operária não pode ser confundida com outros setores de trabalho, mesmo que também sejam superexplorados.

A classe operária tem um objetivo histórico, como formula o marxismo-leninismo-trotskismo: o comunismo, a sociedade sem classes - acabar com a exploração do trabalho, para a qual a revolução social é necessária em todos os países, estabelecendo a ditadura do proletariado. É com base nessa estratégia revolucionária que o programa da revolução é construído em cada país, identificando precisamente quais são as tarefas nacionais e democráticas que terá de resolver. A revolução começa em um país, dentro das fronteiras nacionais, mas precisa se entroncar com outras revoluções triunfantes projetando-se internacionalmente. É com base nessa orientação que os revolucionários fazem propaganda ajudando a vanguarda e as massas a superarem todas as ilusões na democracia burguesa, mostrando que esse regime sempre é expressão da ditadura do capital, de uma minoria superconcentrada que detém o poder e deve ser expropriada.

O partido revolucionário, que adota essa estratégia, é consequentemente organizado em um partido conspirativo, de quadros, de revolucionários profissionais, ou seja, de militantes que dedicam sua vida à luta pela revolução. Uma organização bolchevique. É nessas questões que a independência de classe se concentra.

Isso não significa que nos recusamos a intervir em eleições e campanhas eleitorais. Enquanto houver ilusões democráticas entre as massas, somos obrigados a intervir para ajudar a superar todas as ilusões nas eleições, nas leis, nas constituintes, no congresso, no judiciário, mostrando que nossos problemas nunca poderão ser resolvidos dessa forma, reivindicando a todo tempo os métodos de ação direta das massas e promovendo a criação de organizações de duplo poder, chamem-se soviets, assembleias populares, coordenadoras...

Não deveria nos surpreender que existam várias correntes que renunciaram a essa concepção e buscam representar outros interesses de classe; já nos anos 80 começaram a falar de um “partido dos trabalhadores” ou “governo de trabalhadores”, seguindo o caminho do PT do Brasil e de Lula. E deixaram de reivindicar o comunismo, a revolução social, a ditadura do proletariado, o governo operário-camponês. Como disse Guillermo Lora, somente os revolucionários fazem propaganda explícita da estratégia da classe operária.

O programa e o tipo de organização para “a nova classe trabalhadora” mostrarão que não podem servir nem mesmo para a emancipação do setor que afirmam representar. Quando nos falamos de independência de classe, estão se referindo a essa “classe” que querem representar, à “nova classe trabalhadora” e não à classe operária. As correntes da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET) parecem estar se juntando à onda da formação dos comitês eleitorais com a figura de Bregman, com a perspectiva que o PTS indicou, embora com algumas nuances de diferença.

Em um país colonizado e oprimido pelo imperialismo, a tática a ser aplicada é a frente única anti-imperialista, que reúne os oprimidos em torno às reivindicações sociais, democráticas e nacionais, sob a direção da classe operária, para derrubar a burguesia e impor o governo operário-camponês, que será o governo dos oprimidos da cidade e do campo. Essa é a tática que devemos desenvolver para disputar a direção das massas contra o nacionalismo burguês e pequeno-burguês.

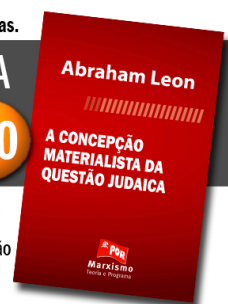
LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Masas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



Cuba

Avança a restauração capitalista em Cuba

O parlamento cubano aprovou por unanimidade, no dia 18/06, um amplo programa de liberalização econômica na Ilha. A medida foi impulsionada pelo Partido Comunista Cubano (PCC), com o respaldo de Raul Castro, que durante sua presidência, em 2010, aprovou medidas de reestruturação com a demissão de 1 milhão de funcionários (20% da força de trabalho na época) e estímulo aos pequenos negócios (cuentapropistas).

É importante lembrar que sob o governo Miguel Díaz-Canel, em 2021, uma nova medida permitiu que pequenas e médias empresas privadas fossem liberadas para contratarem até 100 funcionários. Hoje, estas empresas já somam mais de 10 mil em todo o território e empregam cerca de 1/3 da força de trabalho do país.

O novo programa de reformas de 2026 estabelece que as empresas estatais devem tornar-se empresas comerciais (sociedades anônimas) e abrir seu capital para investidores. As empresas privadas poderão agora ultrapassar os 100 funcionários e receber investimentos do capital estrangeiro. As pessoas físicas são autorizadas a abrir contas em moeda estrangeira. Segundo o noticiário da imprensa “a agricultura, o turismo, o setor bancário e o mercado de câmbio serão abertos ao investimento privado, tanto nacional quanto estrangeiro. Anteriormente, tais investimentos eram canalizados exclusivamente para empresas estatais.” Negociações salariais serão permitidas dentro das empresas, ou seja, o governo se abstém de interferência e deixa o próprio mercado regular os salários. Os empresários cubanos também poderão ser donos de mais de uma empresa ou deter participações acionárias em mais de uma delas.

A atual reestruturação econômica é a mais profunda de todas as reformas feitas pelo governo cubano desde a Revolução de 1959. A imprensa burguesa e os intelectuais liberais aplaudiram as medidas de restauração capitalista e desmantelamento da propriedade social. O governo cubano, por sua vez, explica que tais ações são para “salvar e atualizar o modelo de socialismo”, aproximando-o cada vez mais da experiência chinesa.

Analistas burgueses creditam as reformas à pressão de Trump, especialmente ao seu decreto de fevereiro de 2026, proibindo a venda de petróleo a Cuba. De fato, a Ilha enfrentou seus piores apagões e a produção econômica foi duramente atingida, penalizando milhões de trabalhadores,



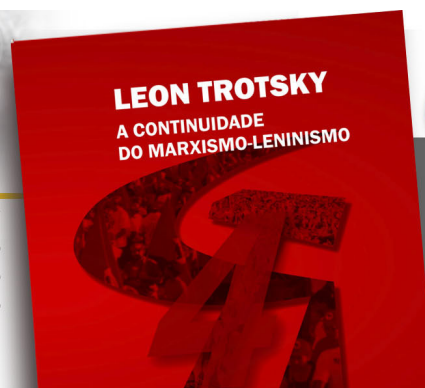
cidadãos comuns, idosos, enfermos etc. Contudo, as medidas restauracionistas já estavam em marcha desde o fim do governo Fidel Castro em 2008. A ideia de edificar o socialismo num só país, adotada pela burocracia do PCC (que seguiu os passos do estalinismo) há muito se comprovou utópica e reacionária. O recuo do governo cubano expressa, antes de tudo, essa lei do desenvolvimento histórico. Não se pode negar, por óbvio, os efeitos da pressão da Casa Branca, o isolamento com a intervenção imperialista na Venezuela e mesmo a pressão da China que possui interesses estratégicos e comerciais em Cuba.

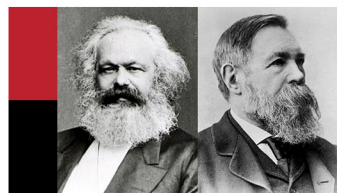
Não é um princípio que o governo de um Estado operário não possa recuar e manobrar diante do enorme isolamento e da pressão imperialista, como fez Lênin em 1921 com a NEP. Mas, ao contrário do bolchevismo, que diz a verdade às massas por mais amargas que sejam, e admite os recuos sem, contudo, abandonar o internacionalismo e a revolução mundial, o governo cubano faz o inverso: apresenta a restauração como “atualização do socialismo” e reafirma seu abandono da perspectiva da revolução internacional.

Diante desse quadro, a tarefa número um dos trabalhadores conscientes em todo o mundo é defender a revolução cubana contra as agressões do imperialismo. A esta obrigação fundamental, ligam-se as demais de erguer o Partido Mundial da Revolução Socialista (a IV Internacional), combater a restauração e impulsionar a revolução política que estabeleça a democracia operária e o controle das massas sobre a produção social. A luta pela revolução social em todo globo é a única não apenas para emancipar os explorados da barbárie capitalista, como para defender Cuba, romper seu isolamento e deter a marcha restauracionista em curso.

Publicado o livro:**LEON TROTSKY****A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO****“**

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

**R\$35****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



▶ **Assimilando o socialismo científico**

A Base da Consciência

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Seleccionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”. No Jornal Massas 765, publicamos uma síntese das formulações de Engels sobre a dialética e completamos com um comentário de Lênin. No Massas 766, retomamos a publicação em continuidade à formulação de Marx sobre as transformações históricas e o lugar das forças produtivas. Agora, reproduzimos uma formulação de Marx e Engels sobre a relação entre a consciência e a realidade, que se encontra no livro “A Ideologia Alemã”.

A BASE DA CONSCIÊNCIA

Uma vez que estamos tratando dos alemães, que não postulam seja o que for, devemos começar por declarar a primeira premissa de toda a existência humana e, por isso, de toda a história, a saber: para conseguir “fazer história”, os homens devem estar em condições de poder viver. Mas a vida implica, antes de tudo, o comer e o beber, uma habitação, o vestuário e muitas outras coisas. Assim, o primeiro ato histórico é a produção dos meios de satisfazer estas necessidades, a produção da própria vida material. Este é de fato um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que, hoje como há milhares de anos, tem de cumprir-se em cada dia e em cada hora, apenas para sustentar a vida humana. Mesmo quando o mundo sensível está reduzido ao mínimo, a uma madeira - como no caso de S. Bruno¹¹ -, pressupõe o ato de produção da madeira. Por isso, em qualquer teoria da história, a primeira necessidade consiste em observar este fato fundamental em todo o seu significado e em todas as suas implicações, atribuindo-lhe a devida importância. Como se pode ver, nunca os alemães fizeram isto, logo, nunca tiveram uma base terrena para a

história nem - consequentemente - um historiador. Os franceses e os ingleses, mesmo apesar de terem concebido a relação deste fato com a chamada história apenas de uma forma extremamente unilateral, sobretudo enquanto se limitaram às tarefas da ideologia política, levaram no entanto a cabo as primeiras tentativas para fornecer à escrita da história uma base materialista, sendo os primeiros a escrever histórias da sociedade civil, do comércio e da indústria.

O segundo ponto fundamental é que, mal uma necessidade é satisfeita (o que implica a ação de satisfazer e a aquisição de um instrumento), novas necessidades se criam; e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. Reconhecemos aqui imediatamente a ascendência espiritual do grande saber histórico dos alemães, que, quando abandonam o material positivo e quando não podem servir nem lixo teológico, nem lixo político ou literário, não escrevem história, mas inventam a “era pré-histórica”. Contudo, não nos explicam como passamos desta absurda “pré-história” para a história propriamente dita; embora, por outro lado, na sua especulação histórica, se agarrem

1 Bruno Bauer. (N. J. S.)

com avidez a esta “pré-história”, porque aí se imaginam protegidos da interferência por parte dos “fatos crus”, e, ao mesmo tempo, porque aí podem soltar totalmente as rédeas ao impulso especulativo, construir e destruir hipóteses aos milhares.

A terceira circunstância que, desde o princípio, entra no desenvolvimento histórico é que os homens, que diariamente refazem a própria vida, começam a fazer novos homens, a propagar a sua espécie: a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a família. A família, que, para começar, é a única relação social, acaba, mais tarde, quando a multiplicação de necessidades cria novas relações sociais e o aumento da população gera novas necessidades, por tornar-se uma relação subordinada (exceto na Alemanha), tendo por isso que ser tratada e analisada segundo os dados empíricos existentes² e não segundo “o conceito da família”, como é costume na Alemanha. Estes três aspetos da atividade social não devem, evidentemente, considerar-se como três fases diferentes, mas apenas, como já disse, como três aspetos ou, para esclarecer os alemães, três “momentos”³ que têm existido simultaneamente desde o alvorecer da história e desde os primeiros homens, e ainda se afirmam hoje na história.

A produção da vida - quer da vida de cada um no trabalho, quer da nova vida na procriação - surge agora como uma relação dupla: por um lado, como relação natural, por outro, como relação social. Por social, entendemos a cooperação de vários indivíduos, não importa em que condições, de que forma, nem para que fim. Segue-se daqui que certo modo de produção, ou fase industrial, se encontra sempre combinado com determinado modo de cooperação, ou estágio social, que tal modo de cooperação é ele próprio uma “força de produção”. Além disso: que a quantidade de forças produtivas acessíveis ao homem determina a natureza da sociedade; de onde, a “história da humanidade” deve sempre estudar-se e encarar-se em relação com a história da indústria e do comércio. Mas é também claro que na Alemanha é impossível escrever este tipo de história, porque os alemães carecem não só do necessário poder de compreensão e do material, mas ainda da “evidência dos seus sentidos”, porque, do outro lado do Reno, é impossível ter qualquer experiência

destas coisas, visto que a história deixou de acontecer. Assim, desde o princípio é inteiramente óbvio que existe uma conexão materialista entre os homens, determinada pelas suas necessidades e pelo seu modo de produção, e tão antiga como os próprios homens. Tal conexão está sempre a tomar novas formas e apresenta assim uma “história”, independentemente da existência de qualquer absurdo político ou religioso que os una por força própria.

Só agora, depois de considerados os quatro momentos, os quatro aspetos das relações históricas fundamentais, descobrimos que o homem também possui “consciência”; mas, mesmo assim, não é uma consciência inerente, “pura”. Desde o início, o “espírito” é atormentado pela maldição de se ver “oprimido” com a matéria, que aparece aqui na forma de camadas agitadas de ar, de sons, em suma, de linguagem. A linguagem é tão antiga como a consciência, é consciência prática, porque existe para os outros homens, e, por esta razão, começa também a existir para mim, pessoalmente; porque a linguagem, como a consciência, brota apenas da necessidade de comunicação com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim; o animal não tem “relações” com coisa alguma, não pode tê-las. Para o animal, a sua relação com outros não existe como relação. A consciência constituía, portanto, desde o seu início, um produto social, e como tal se mantém enquanto os homens existirem. A princípio, claro está, a consciência é simples consciência a respeito do ambiente sensível imediato e consciência da conexão limitada com as outras pessoas e coisas fora do indivíduo, que se vai tornando autoconsciente. Ao mesmo tempo, é consciência da natureza, que começa por surgir ao homem como uma força totalmente estranha, onipotente e impenetrável, com a qual as relações dos homens são puramente animais e pela qual eles se sentem intimidados, como os animais; deste modo, é uma consciência puramente animal da natureza (religião natural).

Descobrimos logo que a religião natural ou o comportamento animal para com a natureza é determinada pela forma de sociedade e vice-versa. Aqui, como em toda a parte, a identidade da natureza e do homem surge de tal forma que a relação restrita dos homens

2 A construção de casas. Entre os selvagens, cada família tem a sua própria caverna ou cabana, como a tenda familiar separada dos nômades. Com o posterior desenvolvimento da propriedade privada, esta economia doméstica separada torna-se ainda mais necessária. Entre os povos agrícolas, uma economia doméstica comunal é tão impossível como o cultivo comunal do solo. A construção de cidades constituiu um grande avanço. Todavia, em todos os períodos anteriores à abolição da economia individual, que é inseparável da abolição da propriedade privada, era impossível, pela simples razão de as condições materiais que a regulam não se verificarem. A formação de uma economia doméstica comunal pressupõe o desenvolvimento da maquinaria, o uso de forças naturais e de muitas outras forças de produção - por exemplo, fornecimento de água, iluminação a gás, aquecimento a vapor etc. - e a aniquilação do antagonismo entre a cidade e o campo. Sem estas condições, uma economia comunal não constituiria, em si, uma nova força de produção; faltando-lhe toda a base material e apoiando-se numa base puramente teórica, seria mera fantasia e acabaria por tornar-se uma simples economia monástica. O que foi possível pode ver-se na formação de cidades e na construção de edifícios comunaes para vários fins definidos (prisões, casernas etc.). Que a abolição da economia individual é inseparável da abolição da propriedade privada é já em evidente.

3 Momento: termo filosófico que significa “princípio ativo determinante”. (N. J. S.)



com a natureza determina a relação restrita de uns com os outros, e a relação restrita de uns com os outros determina a relação restrita dos homens com a natureza, precisamente porque a natureza se encontra por enquanto pouco modificada no plano histórico; e, por outro lado, a consciência que o homem tem da necessidade de se associar com os indivíduos que o rodeiam é o começo da consciência de que ele vive em sociedade.

Tal começo é tão animal como a própria vida social nesta fase, é mera consciência gregária e, neste ponto, o homem só se distingue dos carneiros pelo fato de, nele, a consciência tomar o lugar do instinto ou de o seu instinto ser um instinto consciente.

A consciência gregária ou tribal recebe o desenvolvimento e a extensão posteriores através da intensificação da produtividade, do aumento de necessidades e - o que é fundamental para ambas estas coisas - do aumento de população. Com eles, desenvolve-se a divisão do trabalho, que, originalmente, era apenas a divisão de trabalho no ato sexual e, depois, a divisão do trabalho que se desenvolve espontânea ou "naturalmente" em virtude da predisposição natural (isto é, força física), das necessidades, acidentes etc. A divisão do trabalho só se torna verdadeiramente real a partir do momento em que aparece uma divisão entre trabalho material e trabalho mental. Daí em diante, a consciência pode de fato lisonjear-se de ser algo diferente da consciência de uma prática existente, de estar realmente a conceber algo sem conceber algo real; a partir de então, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de proceder à formação da "pura" teoria, teologia, filosofia, moral etc. Mas, ainda que semelhante teoria, teologia, filosofia, moral etc., entre em contradição com as relações existentes, isso apenas pode ocorrer como resultado do fato de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com as forças de produção concretas; além disso, tal

ocorrência pode também dar-se em determinada esfera nacional de relações, através do aparecimento da contradição, não dentro da órbita nacional, mas entre a consciência nacional e a prática de outras nações, isto é, entre a consciência nacional e a consciência geral de uma nação.

Além disso, é muito imaterial o que a consciência começa a fazer por si própria: de toda esta embrulhada apenas obtemos a inferência de que os três momentos (as forças de produção, o estado da sociedade e a consciência) podem e têm de entrar em mútua contradição, porque a divisão do trabalho implica a possibilidade, ou melhor, o fato de a atividade intelectual e material - prazer e trabalho, produção e consumo - recair sobre indivíduos diferentes e de a única possibilidade de eles não entrarem em contradição residir, por sua vez, na negação da divisão de trabalho. Também é evidente que "espectros", "vínculos", "o ser superior", "conceito", "escrúpulo" constituem apenas a expressão idealista e espiritual, a concepção - aparentemente - do indivíduo isolado, a imagem de grilhões e limitações muito empíricos, em cujo seio se movem o modo de produção da vida e a forma de conexão a ele associada.

Karl Marx e Friedrich Engels,
A Ideologia Alemã, p. 16-21.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

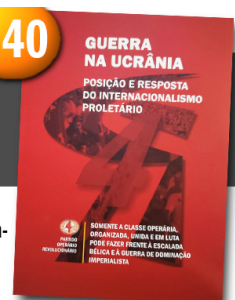
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por

